



Jornadas Sindicais do SPZS envolveram Dirigentes e Delegados Sindicais

Pág. 28

A Revolução de 25 de Abril de 1974 é um dos momentos mais altos da História de Portugal

Pag. 10



INTERVIR

Endereços Sindicais

SEDE

Évora

Av. Condes de Vitalva, 257 | 7000-744 ÉVORA
 telefone: 266 758 270 | fax: 266 758 274
 e-mail: geral@spzs.pt

Delegações

PORTALEGRE

Av. General Lacerda Machado, n.º50, 3.ºdt
 apartado 43
 7301-901 PORTALEGRE
 telefone: 245 205 393
 e-mail: portalegre@spzs.pt

BEJA

R. Pedro Álvares Cabral, 6 -1º | 7800-509 BEJA
 telefone: 284 324 947
 e-mail: beja@spzs.pt

FARO

R. Miguel Bombarda
 Edifício Varandas Faro Bloco E. r/c Dto
 8000-394 FARO
 telefone: 289 823 154 | fax: 289 804 710
 e-mail: faro@spzs.pt

Sub-Delegação

PORTIMÃO

Edifício do Sindicato (Sub-delegação) Qta. do Bispo
 8500-729 PORTIMÃO
 telefone: 282 485 930 | fax: 282 418 205
 e-mail: portimao@spzs.pt

Ficha técnica

Propriedade / Editor

Sindicato dos Professores da Zona Sul (SPZS)
 Av. Condes de Vitalva, 257 - ÉVORA
 N.I.P.C.: 501201890

Redação e administração

R. Pedro Álvares Cabral, 6 -1º | 7800-509 BEJA

Diretor

Manuel Nobre

Paginação

SPZS

Impressão

REGISET - Comunicação e Artes Gráficas da Região
 de Setúbal, Lda.

Fotografia

Arquivos do SPZS

Registo no ICS

N.º 108 844

Periodicidade

trimestral

Tiragem

6.100 exemplares

Nota

A redação reserva-se o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível, e toma à sua responsabilidade a colocação de títulos e subtítulos.

A utilização (ou não) do “vulgo” AO90 é opção do autor de cada artigo.

Capa - Marina Costa



»»»»»» págs 02 . 03



»»»»»» págs 04 . 05



»»»»»» págs 06 . 07



»»»»»» págs 08 . 09



»»»»»» págs 10 . 11



»»»»»» págs 12 . 13



»»»»»» págs 14 . 15



»»»»»» págs 16 . 17



»»»»»» págs 18 . 19



»»»»»» págs 20 . 21



»»»»»» págs 22 . 23



»»»»»» págs 24 . 25



»»»»»» págs 26 . 27



»»»»»» págs 28 . 29



»»»»»» págs 30 . 31



»»»»»» págs 32 . 33



»»»»»» págs 34 . 35

02 »»»»»»»»»»» Índice
 03 »»»»»»»»»»» Editorial
 04 »»»»»»»»»»» Legislação
 05 »»»»»»»»»»» Atual . Centro de Formação do SPZS.
 06/09 »»»»»»»»»»» Atual . Entrevistas a sócios sobre o 25 de Abril.
 10/11 »»»»»»»»»»» Atual . 25 de Abril sempre.
 12/20 »»»»»»»»»»» Em Foco . Eleições SPZS - Lista A.
 21/27 »»»»»»»»»»» Em Foco . Eleições SPZS - Mesas de Voto.
 28/33 »»»»»»»»»»» Jornadas Sindicais . Intervenções.
 34 »»»»»»»»»»» Agenda



editorial



Manuel Nobre (Presidente do SPZS)

Este número da Intervir é em grande parte, dedicado aos 50 anos da Revolução do 25 de Abril, à importância desta data para o presente e futuro da Escola Pública e da profissão docente, mas acima de tudo, para o futuro do país e do regime democrático. Foram importantes conquistas de direitos laborais e de cidadania, e que diariamente lutamos pela sua aplicação plena, pois muito de Abril ainda está por cumprir.

O SPZS, consciente da relevância desta data, dos valores e significado que a mesma simboliza, irá ao longo do ano comemorar estes 50 anos de democracia e liberdade de todas as formas possíveis, com a necessária luta nas escolas e nas ruas por melhores condições de vida e de trabalho, através de iniciativas de âmbito cultural, com debates e exposições que transmitam às várias gerações a memória e o grandioso combate dos que durante décadas lutaram contra o fascismo, contra a ditadura, por um Portugal livre e democrático.

Décadas de luta pelo fim da pobreza e da guerra, pelo direito à educação e saúde para todos, enfim, pelos direitos sociais e serviços públicos universais e de qualidade, mas acima de tudo, o SPZS prosseguirá com ações que afirmem Abril nas atitudes, no quotidiano, nas políticas seguidas pelos governos, na ação sindical, para que não hajam retrocessos - Abril é mesmo para cumprir!

Estamos já a preparar a afixação, nas escolas, de faixas e pendões com a frase “Escola Pública, conquista de Abril”, a

realizar reuniões e plenários nas escolas, a solicitar reuniões ao Ministro para exigir respostas para os vários problemas que afetam a educação e a ciência.

Mas esta revista também tem uma parte significativa dirigida às eleições para os Corpos Gerentes do Sindicato, momento alto da vida desta organização, e que irá mobilizar milhares de docentes e investigadores na eleição dos seus representantes para os vários órgãos do sindicato, na definição da sua ação futura e das principais reivindicações a assumir.

Para tal é necessário o envolvimento de todos os associados, no ativo ou aposentados, sendo fundamental a participação de todos. Este jornal inclui a listagem dos locais onde se poderá votar, em cada escola, nas delegações do SPZS ou por correspondência. Apelamos à participação de todos, pois esta é mais uma forma de afirmação da unidade e determinação do nosso sindicato e dos seus associados.

À data do fecho da edição da Intervir ainda não conhecemos as propostas do Ministro da Educação para a recuperação do tempo de serviço, nem estão agendadas as reuniões que solicitámos para discutir os variados temas que preocupam os docentes e investigadores, e que afetam a Escola Pública, contudo, já foi apresentado o Programa do Governo, o qual nos deve deixar a todos muito atentos e interventivos.

No que à Educação diz respeito, os objetivos do Governo são claros, propõem-se, entre outras medidas: “redefinir o

papel do Ministério da Educação, Ciência e Inovação atribuindo responsabilidades de regulador e não de decisor sobre o funcionamento de todas as escolas públicas”; contraturalizar com o setor social, particular e cooperativo respostas ao nível das creches e pré-escolar; a necessidade de valorizar a carreira docente, embora assumindo como único compromisso quantificável “iniciar a recuperação integral do tempo de serviço perdido dos professores, a ser implementada ao longo da Legislatura, à razão de 20% ao ano”; criar rankings de provas de aferição do 4º ano e 6º ano; aplicar a profissionalização da gestão das escolas; alterar modelo de colocação dos docentes introduzindo critérios como a “eficácia”, entre outros.

Os professores conhecem bem a aplicação e o impacto das políticas de direita na sua carreira e no funcionamento da Escola Pública, por experiência própria sabem o que essas políticas representam no seu salário, nas condições de vida, nos bloqueios e desvalorização da sua profissão, políticas a que se juntam as ideias liberais e os discursos populistas e de ataque aos Serviços Públicos e às conquistas de Abril, pelo que facilmente se conclui que teremos de elevar a defesa da Escola Pública e da profissão docente e continuar a ação reivindicativa, o esclarecimento, a mobilização, a organização e a luta.

Viva o 25 de Abril, viva a Escola Pública, viva o Portugal Democrático e Livre, vivam os Professores, os Educadores e os Investigadores!

jurídico



Parecer n.º 4/2021 - Diário da República n.º 77/2021, Série II de 2021-04-21 - Educação

Conselho Nacional de Educação: Parecer sobre Plano de Recuperação e Resiliência

Decreto-Lei n.º 32-A/2023, de 8 de maio

Estabelece o novo regime de gestão e recrutamento do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de técnicos especializados para formação

Decreto-Lei n.º 53/2023, de 5 de julho

Procede à regulamentação da Agenda do Trabalho Digno

Decreto-Lei n.º 74/2023, de 25 de agosto

Estabelece os termos de implementação dos mecanismos de aceleração de progressão na carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário

Despacho n.º 8671/2023, de 28 de agosto

Aprova as redes de cursos do ensino português no estrangeiro da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, para o ano letivo de 2023/2024, e do Ensino Superior e Organismos Internacionais, para o ano letivo de 2023/2024 e 2024

Decreto-Lei n.º 80-A/2023, de 6 de setembro

Define os requisitos de formação científica das áreas disciplinares dos grupos de recrutamento de docentes titulares de cursos pós-Bolonha em procedimentos de contratação de escola

Portaria n.º 278/2023, de 8 de setembro

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto, que regulamenta os cursos científico-humanísticos a que se refere a alínea a) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, na sua redação atual

Decreto-Lei n.º 86/2023 de 10 de outubro

Altera o regime jurídico de reconhecimento de graus académicos e diplomas de ensino superior atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras

Portaria n.º 345/2023 de 10 de novembro

Procede ao redimensionamento do âmbito geográfico dos quadros de zona pedagógica e extingue os quadros de zona pedagógica criados pela Portaria n.º 156 -B/2013, de 19 de abril

Decreto-Lei n.º 94/2023 de 17 de outubro

Altera o regime específico de seleção e recrutamento de docentes do ensino artístico especializado da música e da dança designadamente alargando-o aos docentes das artes visuais e dos audiovisuais

Decreto-Lei n.º 112/2023 de 29 de novembro

Altera o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré- -escolar e nos ensinos básico e secundário

Decreto-Lei n.º 125/2023 de 26 de dezembro

Procede à alteração da transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação

Decreto-Lei n.º 130/2023, de 27 de dezembro

Cria um regime de apoio extraordinário à renda suportada por docentes colocados em estabelecimentos integrados na rede pública do Ministério da Educação

Decreto-Lei n.º 139-B/2023 de 29 de dezembro

Regula os concursos de recrutamento do pessoal docente das escolas portuguesas no estrangeiro

Decreto Lei n.º 12/2024, de 10 de janeiro

Procede à revisão do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública

Portaria n.º 18/2024 de 25 de janeiro

Identifica as unidades orgânicas de ensino da rede pública do Ministério da Educação, constituídas por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas a funcionar no ano escolar de 2023-2024

Despacho Normativo n.º 4/2024, de 21 de fevereiro

Aprova o Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo 2023/2024

Decreto-Lei n.º 23/2024, de 19 de março

Altera o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário

Despacho n.º 3025/2024, de 21 de março

Altera o Despacho n.º 8356/2022, de 8 de julho, que aprova o calendário escolar, para os anos letivos de 2022/2023 e de 2023/2024, dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, dos estabelecimentos particulares de ensino especial, bem como o calendário de provas e exames

Centro de Formação do SPZS

Mais serviços aos associados



O Sindicato dos Professores da Zona Sul e o seu Centro de Formação, desenvolvem atividades no domínio da formação contínua para Educadores e Professores que permitem aos seus associados aceder a formação gratuita e de qualidade, em consonância com as normas do regime jurídico da formação contínua e do Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC).

As ações e iniciativas de formação promovidas pelo Centro de Formação do SPZS são exclusivas dos seus associados e de Sindicatos membros da FENPROF.

Entende o SPZS que, perante o incumprimento da obrigação por parte do Ministério da Educação em disponibilizar formação a todos os profissionais docentes,

é fundamental elaborar uma oferta de formação que proporcione uma resposta às necessidades de formação dos seus sócios. Relembramos, no entanto, que a ação do SPZS, fundamentada nos princípios da liberdade, da democracia, da independência, da unidade, do sindicalismo de massas e sobre uma conceção ampla do sindicalismo docente, assume como principal missão a responsabilidade de defender, por todos os meios ao seu alcance, os direitos dos Educadores e Professores, situação que o distingue dos demais sindicatos.

O nosso Plano de Formação é extenso e comporta iniciativas de formação sempre em desenvolvimento.

As inscrições nas iniciativas de formação são realizadas através de formulários eletrónicos e divulgadas na página oficial e nas redes sociais do SPZS para além da normal divulgação a todos os associados através de correio eletrónico.

Por exemplo, a partir do mês de abril de 2024 vão decorrer as seguintes ações de formação, na modalidade de e-learning.

Ações	Destinatários	Horas de formação	Datas e horários
A Voz do Professor: Cuidados e Técnicas	Todos os grupos de recrutamento	25 horas	Turma 3 - 22 de abril a 3 de junho de 2024 / 17.00 - 20.00 horas Turma 4 - 30 de abril a 11 de junho de 2024 / 17.00 - 20.00 horas Turma 5 - 15 de abril a 26 de junho de 2026 / 17.00 - 20.00 horas
Educação para a Saúde e Cidadania	Todos os grupos de recrutamento	25 horas	Turma 3 - 27 de maio a 8 de julho de 2024 / 17.30 - 20.30 horas
Programação e matemática no ensino secundário tarefas em python	Grupo de recrutamento 500	25 horas	Turma 1 - 24 de maio a 21 de junho de 2024 / 18.30 - 21.30 horas
Biodiversidade e Geodiversidade de Portugal: Conhecer, Usar e Educar - O caso do Parque das Serras do Porto	Grupos de recrutamento 230, 420 e 520	25 horas	Turma 3 - 27 de maio a 8 de julho de 2024 / 17.30 - 20.30 horas
ACD - Ciência Cognitiva: práticas de estudo e de ensino baseadas no estudo científico do cérebro e da mente	Todos os grupos de recrutamento	6 horas	6, 8 e 10 maio de 2024 / 18.00 - 20.00 horas
ACD - Pensamento Computacional: Desafio Bebras	Todos os grupos de recrutamento	3 horas	20 de maio / 17.00 - 20.00 horas
ACD - Recursos Livres para a Inclusão: Nada Será Como Dante	Todos os grupos de recrutamento	5 horas	17 e 18 de junho / 17.00 - 19.00 horas
ACD - LearningApps: 50 Anos do 25 de Abril	Todos os grupos de recrutamento	6 horas	21, 28 de maio e 4 de junho de 2024 / 17.00 - 19.00 horas
ACD - Vamos ler mais: APP Goodreads	Todos os grupos de recrutamento	5 horas	24 e 25 de junho de 2024 / 17.00 - 20.00 horas
ACD - Matemática Recreativa	Todos os grupos de recrutamento	6 horas	27 de maio e 3 de junho / 17.00 - 20.00 horas

Quais são as suas memórias sobre esse dia?

Naquela manhã do 25 de Abril de 74, eu estava em casa, aguardando a chegada do primogénito. Era bem cedo, e recordeo o momento de alvoroço em que o meu marido me disse: Está a acontecer uma revolução em Lisboa! Ouvi na rádio. Vou de imediato para Beja.

Na pacata vila de Cuba, onde residia, seguiam-se os acontecimentos via rádio, com grande expectativa. Quando se percebeu a vitória, houve manifestações de alegria.

Que impactos teve a Revolução de Abril na sua vida e na vida da Escola?

Foram muitos os impactos na minha vida. De imediato, estava focada na recente maternidade, mas o marido, que há muito ansiava por novos tempos, assumiu de imediato um papel interventivo na luta pelas conquistas da democracia. Isso teve grande impacto na vida familiar.

Na Escola, houveram grandes mudanças! Refiro as principais do meu ponto de vista: A criação do movimento sindical FEN-



Maria Gertrudes São Brás
74 anos, Professora Aposentada - 1.º CEB - Beja

PROF; A Escola deixou de ser ideológica (defendendo os valores tradicionais do Estado); Novos Programas; Acesso universal ao ensino e alargamento da escolaridade obrigatória; Combate ao analfabetismo; Directores eleitos pelos professores ,em

Conselhos Escolares, ...

Como poderemos continuar a afirmar os valores de Abril nas Escolas?

Desenvolver várias iniciativas com o objectivo de dar a conhecer o que foi a Revolução de Abril. Conhecer os direitos conquistados em Abril de 74. Saber que somos devedores a muitos que lutaram, sofreram, sacrificaram as suas vidas e alguns morreram para que esses direitos existam. Ter informação sobre a guerra colonial. Ouvir testemunhos que revelam como era a vida de pobreza, ignorância e medo da maioria dos portugueses. Saber que Abril tem de ser defendido de ameaças diversas, que espreitam, nestes tempos.

Imagem que me ocorre quando penso no 25 de Abril .

A imagem do cravo na espingarda do soldado. Ela representa a alegria da Liberdade e a esperança de vidas dignas para todos.

Quais são as tuas memórias sobre o 25 de Abril de 1974?

Eu estava na escola, no Bairro da Câmara, em Évora. Éramos quatro professoras e começámos a ter a informação de que havia uma Revolução. Juntámo-nos, pensámos o que havíamos de fazer e eu como moro perto da escola...fui a casa avisar os filhos que não podiam ir à rua porque havia uma Revolução. Não sabíamos sequer a amplitude que isso iria tomar, havia uma Revolução em Lisboa, mas não sabíamos como é que ia chegar a Évora. Voltei para a escola e entendemos que tínhamos de fechar a escola. Telefonámos ou chamámos os pais, os meninos foram entregues aos pais porque tínhamos receio que as coisas se complicassem. O resto do meu dia foi passado em casa a olhar para a televisão, e a ver aquele espetáculo extraordinário. A minha filha Paula tinha aulas à tarde e quando chegou à Praça do Giraldo, com dez anos, diz que estava tudo cheio de tropas.

Qual foi o impacto que o 25 de abril teve na tua vida pessoal, familiar e na vida da escola?

A Revolução do 25 de Abril foi para mim uma janela que se abriu, uma janela

muito “grande”. Possibilitou que eu estudasse à noite. Eu tinha o quinto ano e frequentei o sétimo ano à noite. Pude estudar e avançar nos meus conhecimentos e, acima de tudo, tornei-me sócia do Movimento da Escola Moderna, o que foi muito importante para mim, quer a nível pessoal, quer a nível profissional. O Movimento da Escola Moderna deu-me uma alternativa de vida completamente diferente, quer na liberdade de conhecimentos, quer na liberdade de atuação. Foi um progresso na minha formação.

O 25 de Abril também me deu a ocasião para eu me ocupar das questões sociais: Foi aí que eu comecei realmente a participar no trabalho da comunidade, que acho que era a minha obrigação, e passei pela criação do Centro Infantil Irene Lisboa, com um grupo de professores, e um núcleo de pessoas, que estavam ligadas ao Movimento Democrático das Mulheres.

Na tua opinião, como é que podemos continuar a afirmar os valores de Abril, nas Escolas?

Isso tem a ver com a formação dos professores que estão à frente da escola... quer dizer,...se,..o professor tiver os valores de Abril,...os alunos vão ter es-



Zulima Gonçalves C. Piçarra Gaspar
85 anos, Professora Aposentada - 1.º CEB - Évora

ses valores. Isto é como a arte, como a música, é como o gosto por trabalhar, por fazer coisas, depende da pessoa que está à frente, eu não posso,... passar,... aquilo que não tenho... se eu realmente tenho os valores da liberdade e de respeito pelos outros, implícita em mim, eu sei passá-los.

Qual é a imagem e/ou uma palavra que te ocorre quando pensas no 25 de Abril? E por que a escolhes?

A liberdade e os cravos...é exatamente o que me ocorre.



Clementina Miranda

72 anos, Professora Aposentada - Ensino Superior - Portalegre

Em que é que a revolução de 25 de Abril veio alterar a sua vida?

A revolução de 25 de Abril veio alterar, sem dúvida, a minha vida. Nessa data eu era estudante na Faculdade de Ciências de Lisboa. Podia referir vários aspetos mas vou focar-me naquele que era o “fantasma” que assombrava a minha geração, a Guerra Colonial.

Os rapazes que reprovassem eram imediatamente incorporados nas Forças Ar-

madas o que significava ir para a guerra, com todos os perigos inerentes a essa situação, e os que não reprovassem teriam igual destino quando terminassem a licenciatura. Não havia emprego enquanto não cumprissem o serviço militar. Numa época em que a sociedade assentava no modelo da família tradicional, esta situação refletia-se, naturalmente, também no projeto de vida das raparigas uma vez que o futuro estava em suspenso até que os jovens voltassem da guerra.

O que é que vai fazer este ano para celebrar os 50 anos do 25 de Abril?

Para celebrar os 50 anos do 25 de Abril vou participar em atividades programadas, ler livros recentes que me permitam compreender melhor o processo complexo que foi a “Revolução dos Cravos” e, como não podia deixar de ser, ir para a rua gritar: 25 de Abril Sempre, Fascismo Nunca Mais.

Na sua opinião, como evoluiu a memória do 25 de Abril até aos dias de hoje?

Penso que a memória do 25 de Abril evoluiu, na nossa sociedade, de forma diferenciada até aos dias de hoje, consoante a idade, as experiências vivenciadas, o

conhecimento que se tem sobre o que se passou antes e depois do 25 de Abril de 1974, as opções ideológicas. Pessoalmente, conheço muitas pessoas que sentem alguma desilusão com o retrocesso que tem havido relativamente às expectativas criadas no 25 de Abril, ou seja, às tais “Portas que Abril Abriu” e que alguns continuam a querer fechar; todavia, não deixam de estar empenhadas na defesa dos valores da Revolução.

Como poderemos continuar a afirmar os valores de Abril nas escolas?

Na minha opinião, afirmar os valores de Abril nas escolas é agir no dia-a-dia de acordo com esses valores em toda a comunidade escolar. Se nos centrarmos na relação professor-aluno que é o cerne da nossa profissão e pensarmos que os atuais alunos serão agentes fundamentais no futuro do país devemos prestar muita atenção ao discurso pedagógico. Com efeito, esse discurso tem uma componente instrucional sobre o que se ensina mas tem também uma componente reguladora onde, de forma mais ou menos implícita, se transmitem princípios e valores. É, pois, no discurso regulador que devem estar os valores de Abril.

Quais são as tuas memórias sobre o 25 de Abril de 1974?

Eu tinha catorze anos quando o 25 de Abril aconteceu. Naquela altura eu já percebia muito bem, sobretudo por razões familiares, o que era o fascismo e a ditadura e o que representavam. Lembro-me de sentir um alívio, sobretudo pela ameaça que a guerra colonial significava para os jovens rapazes. O meu irmão mais velho tinha ficado fora da tropa por razões de saúde, mas a ameaça para mim e o meu irmão, que na época tinha dezasseis anos, era de facto muito real. A minha mãe tinha esse sentido muito pragmático, e costumava referi-lo, de que haveria de tudo fazer para que eu e o meu irmão não fôssemos para a guerra. Ainda sobre o dia da Revolução a minha mãe no final daquele dia afirmou, de forma muito emocionada, que “pelo menos um dia de liberdade já temos”. Os meus pais eram politizados e tinham a perfeita consciência do perigo que era viver em ditadura, sobretudo porque o meu pai era funcionário público e nós, lá em casa já tínhamos a experiência de ouvir as músicas do Zeca Afonso, e o receio era grande e muito real, exatamente porque o regime era repressivo.

Qual foi o impacto que o 25 de abril teve na tua vida pessoal, familiar e na vida da escola?

O maior impacto foi a liberdade. Eu entendo a liberdade de forma transversal. Os meus pais tinham um pensamento muito avançado para a época e, nesse sentido, existia essa forma livre de encerrar a vida e de assumirmos uma dimensão crítica de forma totalmente aberta. Houve de facto esse crescimento do País com impactos significativos na saúde, na educação, nas questões sociais. Havia essa ideia de progresso.

Como é que podemos continuar a afirmar os valores de Abril, nas Escolas?

Sem dúvida um dos maiores desafios deste nosso tempo é fazermos um esforço grande para lidarmos com a tecnologia. É a maior ameaça à liberdade e à democracia. Sabemos que o populismo tem usado a tecnologia para se promover junto das pessoas e conseguir ganhar terreno, o que é muito perigoso. A tecnologia é uma ferramenta poderosíssima. Temos de promover um sentido crítico do mundo, com a consciência de que o nosso adversário

é de facto a tecnologia. Não tem sido muito politicamente correto falar deste tema pois não é fácil, mas tudo aponta para que tenhamos, num futuro muito próximo, lidar com este tema que se apresenta difícil e complexo.

Qual é a imagem e/ou uma palavra que te ocorre quando pensas no 25 de Abril? E por que a escolhes?

A palavra que escolho sem hesitação é a palavra Liberdade. Sobre as imagens, uma primeira sobre um mar de gente e outra, simultaneamente, de um mar que nos leva, natural, da própria criação, da natureza. Aquando da minha vinda para Estremoz, cidade que não conhecia e tampouco o Alentejo, uma das coisas que mais me fascinava era olhar a partir do Castelo lá para baixo, para a planície imensa que me fazia lembrar o mar, mar que significa “sem fim”, essa ideia de continuidade.

Júlio Rebelo
64 anos, Professor do Ensino Secundário - Estremoz





João Orelhas
66 anos, Professor Aposentado - 2,3/SEC - Elvas

Em que é que o 25 de abril alterou a tua vida?

Antes do 25 de abril, vivia em Campo Maior, e aí não havia a possibilidade de continuar os estudos. Só havia um colégio privado de custos insuportáveis para a minha família. Abriu-se a possibilidade de ir para Elvas e foi através dessa abertura que consegui continuar os meus estudos e, através deles, consegui alguma mobilidade social até ascender a um patamar diferente do da família de origem.

Já depois do 25 de abril surgiu a oportu-

nidade, com a Associação Portugal - União Soviética, de ir para o ensino superior na União Soviética, em 1979, que aproveitei. Depois de efetuar a formação, vim para Portugal, com habilitações próprias para a docência. Tinha duas opções, uma, de emprego monótono, e outra, de um emprego mais dinâmico e, aí, tive uma intuição que me encaminhou a seguir a vertente do ensino, visto que eu era uma pessoa dinâmica e ativa, poderia continuar a sê-lo no trabalho com alunos e crianças.

Lembras-te do dia original do 25 de abril, em 1974?

Lembro-me do dia original e dos antecedentes porque o meu avô era militante do antigo Partido Socialista do tempo da República. Ouvia muito a rádio Moscovo, assim como a minha mãe e toda a minha família. Percebemos perfeitamente a revolta das Caldas, primeiro a 11 de março de 1974, depois acompanhei todo esse processo, tinha para aí os meus treze, catorze anos de idade, e foi aí que despertou em mim mais interesse para a política. Então estava atento na expectativa de que houvesse qualquer coisa que pudesse modificar a situação política e o status quo existente em Portugal.

Na tua opinião, como evoluiu a memória do 25 de Abril até aos nossos dias.

A minha e penso que a memória coletiva continua viva apesar das vicissitudes e contratempos que temos enfrentado. Graças á nossa luta diária e persistente contra as políticas sociais e laborais de alguns governos que temam em retroceder nas conquistas que a Revolução de Abril trouxe, temos travado esse avanço obtendo as classes trabalhadoras significativas conquistas. Penso que urge intensificar a nossa luta nos dias de hoje pelo aprofundamento da democracia participativa e apostando num desenvolvimento social e político que contribuía para o progresso social, acabando paulatinamente com as assimetrias socioeconómicas da sociedade portuguesa.

Qual é a imagem/palavra mais bonita que te ocorre quando pensas no 25 de Abril? Porquê?

Tinha 16 anos 1974 e a imagem que me ficou gravada foi um menino colocando no cano de uma espingarda um singelo cravo que ficou intemporal. Representa um ato de renascer de esperanças adormecidas pelos tempos obscuros da ditadura: Liberdade, Paz, Fraternidade e Democracia.

A Palavra mais marcante foi e continuará a ser duas: O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO e FASCISMO NUNCA MAIS.

Como foi ser aluna antes do 25 de Abril?

Foi com muita dificuldade. Vivia com a minha família no meio da serra, em Piódão. Passamos por muitas privações, porque vivíamos da agricultura. A escola também não tinha muitos recursos e era muito difícil colocar uma professora para ensinar. Estudei até à 4ª classe e aprendi até meio da 3ª classe com uma professora regente.

O que era uma professora regente?

Era uma pessoa que tinha feito a 4ª classe e depois tinha entre um ano e uns meses de formação e ficavam aptas para poder dar aulas. Era uma forma de terem professoras nas escolas onde ninguém queria ir e também havia falta de professores formados pelo magistério.

A minha professora era severa, rígida mas aquilo que eu sei, aprendi com ela. A meio do ano letivo da 3ª classe colocaram uma nova professora, que era professora formada no magistério, o que chamávamos de professora oficial. Na 4ª classe veio outra professora oficial de Coimbra.



Maria Spinola
78 anos, Professora Aposentada - Lagos

Diz que estudou até à 4ª classe. Como conseguiu formar-se professora? Foi professora regente?

Não, não fui professora regente. Não fui sempre professora. Comecei a trabalhar aos 12 como costureira, porque tinha de ajudar a minha família. Depois fui trabalhar para uma fábrica têxtil, onde consegui um trabalho administrativo. Nessa altura tinha 23 anos e consegui fazer um sacrifício financeiro para pagar os meus estudos em regime pós-laboral, num liceu francês privado.

Como mulher sentiu dificuldades em conciliar o trabalho, os estudos e a vida familiar?

Sim. Foi sempre muito difícil. Ora veja, iniciei os meus estudos no liceu, no início dos anos 70 e terminei a licenciatura nos anos 80. Isto porque em 1973 conjuntamente com outras pessoas, fundei um colégio no Cacém, onde fui professora primária e cheguei a ser diretora pedagógica. Ainda a estudar, conheci o meu marido enquanto frequentava o liceu, pois era meu professor de História. Casámos, tivemos um filho. O meu marido foi colocado no Algarve e tivemos que vir para o Algarve. Precisei regressar para Lisboa sozinha com o meu filho, que tinha 2 anos, para terminar os meus estudos. Durante 6 anos, vivi sozinha com o meu filho, para poder terminar os estudos e trabalhar como professora. Quando voltei para o ensino fui colocada em Évora e ainda frequentava as aulas na Universidade de Lisboa. Durante esses anos estava sozinha com o meu filho. Foram 6 anos que o meu filho esteve privado da presença frequente do pai.

Foi muito difícil.

Quais são as suas memórias sobre o 25 de Abril de 1974?

São as melhores possíveis! Foi uma coisa maravilhosa! Esse dia para mim, a seguir ao dia do nascimento do meu filho, foi o dia mais feliz que eu tive. Só tenho um filho, por isso imaginem o que é que o 25 de Abril representa para mim.

Quando cheguei à escola ainda não tinha ouvido notícias nenhuma e uma empregada da escola é que nos disse: - “Houve qualquer coisa em Lisboa”. E nós fomos imediatamente, ligar o rádio e saber o que é que se tinha passado e ouvimos a Grândola Vila Morena. Foi a primeira coisa que ouvimos. Ficámos logo bem impressionados porque oito dias antes do 25 de Abril tínhamos estado a cantar a Grândola em Ervidel, assim um bocado à socapa, acompanhados dos sindicalistas do sindicato dos bancários que era um sindicato de esquerda.

Que impacto é que teve a Revolução de Abril na sua vida e na vida da escola?

Teve um impacto muito grande, não só na escola como em todas as outras áreas da sociedade. Antes do 25 de Abril, já nós, alguns professores que se identificavam com desejos de mudança, andávamos a tentar criar uma associação de professores que depois com o aparecimento do 25 de Abril, em vez de associação, passámos a exigir sindicatos e fundámos o sindicato. Fui fundador do sindicato, mas tive que me afastar um bocadinho porque com alguma surpresa minha, fui eleito para a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Aljustrel, e isso limitou-me em termos de tempo a ligação ao sindicato. Mas mantive-me sempre ligado ao sindicato, aliás, ainda estou ligado ao sindicato. Estou reformado, mas faço questão de continuar sócio do

Sindicato dos Professores da Zona Sul até ao dia em que desapareça da Terra.

E quais foram as maiores diferenças que o 25 de Abril trouxe para a escola?

Naquele tempo a escola não tinha autonomia. Recebíamos instruções da Direção Geral e da Direção Escolar e a partir daí, tínhamos que cumprir as orientações centrais. Embora muitas vezes não estivesse de acordo com as instruções que recebia, tinha que lhes dar andamento e cumprir, porque Democracia e a Liberdade Sempre, mas o dever também nos obriga a cumprir.

Havia uma ligação muito forte entre a escola e a igreja e eu que respeito a fé mas nunca tive uma ligação com a igreja, por vezes tinha quer cumprir certas coisas.

Antes do 25 de Abril não podia dar escola às meninas. Os rapazes estavam separados das raparigas.

Os professores da minha época já tinham absorvido os pensamentos da Maria Montessori e de outros pedagogos evoluídos. Posso dizer que nunca bati num aluno, muito menos com a régua porque a minha forma de trabalhar impedia que fosse dessa maneira. Dei aulas sempre com uma relação de amizade e boa relação com os miúdos, como se fossem meus filhos.

Como é que podemos continuar a afirmar os valores de Abril nas escolas?

Exige um comportamento geral muito abrangente. As dificuldades que têm sido criadas ao cumprimento dos valores do 25 de Abril, devem-se muito a uma comunicação social muito tendenciosa. Nós estamos num mundo muito complicado. Neste momento, a extrema-direita está a crescer de uma forma incrível e isso é por culpa da



Luís Bartolomeu Palma
86 anos, Professor Aposentado - 1º CEB - Aljustrel
Sócio fundador do SPZS

má informação. A extrema-direita tem um poder económico muito forte e esse poder económico dá-lhe poder para chegar à comunicação social. Eu gostaria que a escola cumprisse mesmo o 25 de Abril, aliás o 25 de Abril foi uma revolução maravilhosa. É simbolizada por um cravo que é um símbolo de amor. Foi feita com amor. E aqueles que conquistaram a liberdade, não a tiraram aos outros. Este é o melhor exemplo que se pode dar às crianças numa escola.

Qual é a imagem e /ou palavra mais bonita que te ocorre quando pensas no 25 de Abril? Porque a escolheste?

Só uma palavra é pouco, mas eu atrevia-me a dizer duas ou três. Já dissemos aqui uma “liberdade”. Outra será “Povo”, “Povo irmão”, capazes de construir um mundo melhor para todos. Finalmente, “Vida melhor”. Ter direito a um ordenado digno e a uma vida digna. Todos fazemos falta. Que vivamos todos juntos em Paz e Liberdade.

Antes do 25 de abril os sindicatos de professores eram proibidos, o que aconteceria se os sindicatos deixassem de existir?

Escrever uma distopia, à boa maneira de 1984 de George Orwell, seria um exercício interessante para um escritor. Tentar imaginar um Portugal, em que deixassem de existir sindicatos de professores teria algumas consequências previsíveis. Deixaria de haver, desde logo, contestação e alternativas às diversas medidas sugeridas pelos governos. Concursos nacionais deixariam de existir. A municipalização da educação avançaria sem travões para agrado de inúmeros caciques locais. Isto e muito mais poderia ser escrito.

A essência de um sindicato é ser uma associação sócio profissional que defende os interesses dos seus membros. A solidariedade é um sentimento que cimenta a unidade. Os sindicatos são um garante da liberdade e da segurança que a sociedade proporciona.

Os sindicatos são organizações humanas e por isso não são perfeitos. A participação dos sócios na vida dos sindicatos a todos os níveis, quer seja a nível das escolas ou apresentando críticas e sugestões é a

única via para melhorar o seu funcionamento.

Podemos imaginar que o fim dos sindicatos seriam um passo na direção da barbárie. Assim, temos o dever cívico de agir, se não queremos cá a barbárie que grassa em muitas zonas do mundo. Devemos reavivar a chama dos valores de Abril. Devemos pugnar pela liberdade, igualdade e fraternidade. Devemos voltar às ruas em cada 1º de maio e sempre que entendamos que a nossa voz deva ser ouvida publicamente.



25 DE ABRIL SEMPRE!

A Revolução de 25 de Abril de 1974 é um dos momentos mais altos da História de Portugal, a concretização da vontade colectiva de pôr fim aos 48 anos da ditadura fascista e à guerra colonial, acabar com o atraso em que o País se encontrava, erradicar as gritantes injustiças e desigualdades sociais, construir um regime de liberdade e democracia para a emancipação social e política dos trabalhadores e do povo e afirmar a soberania e a independência nacionais.

O percurso heróico de luta, de resistência antifascista, de luta dos trabalhadores, deu um contributo inestimável para a vitória alcançada em 1974 sobre o regime fascista e colonial de Salazar, Caetano e seus sequazes, levada a cabo pelo Movimento das Forças Armadas em aliança com o Povo Português, e para tornar possível a libertação de Portugal naquele 25 de Abril de 1974.



Portugal fustigado por séculos de monarquia protectora da exploração e da apropriação privada de todas as riquezas, com uma República incapaz de dar resposta aos graves problemas existentes, condenado a 48 anos de fascismo, era um País fechado, retrógrado, conservador, empobrecido, analfabeto, atrasado nos planos económico, social, político e cultural.

Os partidos eram proibidos, os sindicatos como associações livres e autónomas de trabalhadores também. Os opositoristas ao governo eram perseguidos e presos, os jornais, os livros, a rádio, a televisão, as peças de teatro e os filmes eram censurados. A greve, as reuniões e manifestações eram proibidas, e as reuniões permitidas eram fortemente condicionadas por regras ou pela força, e vigiadas pela polícia política;

As mulheres não tinham direito a voto, era-lhes vedado o acesso aos cargos superiores da Administração Pública e a várias profissões do sector privado. Não podiam tirar a carta nem sair para o estrangeiro sem uma autorização expressa dos maridos; as enfermeiras, hospedeiras de bordo e as telefonistas eram proibidas de se casarem, e as professoras só o podiam fazer mediante autorização do Ministério da Educação.

Antes do 25 de Abril era dada pouca importância ao conhecimento e à educação.

Para Salazar e o seu governo o povo devia ser obediente, trabalhador e ignorante. Seria perigoso se deixasse de o ser. Quem defendesse o contrário era afastado pelo regime, preso ou mandado para o exílio, como aconteceu com Adolfo Lima, António Sérgio, Faria de Vasconcelos, Álvaro Viana de Lemos, entre outros.

Outro exemplo foi Bento de Jesus Caraça. Professor de Matemática e pedagogo, ainda nos anos 40 do século passado, defendia a educação, o conhecimento e a cultura para todos; defendia uma educação que formasse cidadãos para o exercício pleno da cidadania e não apenas que transmitisse conhecimentos. Bento de Jesus Caraça foi expulso da profissão e preso, tendo passado pelas prisões do Aljube, Peniche, Caxias e Angra do Heroísmo.

Todas as eleições durante os 48 anos de fascismo foram fraudulentas, a começar pelo referendo à constituição de 1933, em que votaram apenas 130 mil portugueses e as abstenções contaram como votos de apoio. Os despedimentos eram ao arbítrio do patrão, não havia salário mínimo nacional, o horário era de 48 horas semanais, as férias, 8, 10, 15, 18 dias, conforme os anos de casa e sem subsídio, a segurança social e a assistência na

saúde eram mínimas e não abrangiam a maioria da população.

Em 1936, o governo de Salazar mandou encerrar as escolas que formavam professores para o ensino primário e criou os “postos escolares” com “regentes”, que, na esmagadora maioria, eram pessoas sem preparação para ensinar. Às regentes escolares, que chegaram a ser vários milhares, apenas se exigia a 4.ª ou mesmo a 3.ª classe. Importante era que merecessem a confiança do regime.

Para o governo de então, o ensino limitava-se ao que era básico: ler, escrever e contar. O ministro da Educação Nacional do governo de Salazar, Carneiro Pacheco, considerava que o filho do agricultor deveria aspirar a ser agricultor e não mais do que isso. O princípio era “Um lugar para cada um e cada um no seu lugar”.



DAS CONQUISTAS E VALORES DE ABRIL

Durante todo o processo revolucionário, nas empresas, os trabalhadores constituíram e desenvolveram fortes estruturas e organizações representativas para a defesa dos seus interesses de classe, sendo a sua luta decisiva para a conquista de importantes direitos e liberdades, a que sucessivos

26%

Taxa de analfabetismo (1970)

55%

Taxa de mortalidade infantil (1970)

67 anos

Esperança média de vida - 67 anos (1970)

250 mil

Número de emigrantes (entre 1970 e 1973)



25 DE ABRIL SEMPRE!

governos provisórios deram força de lei. Como por exemplo, **o aumento dos salários e instituição do salário mínimo nacional e de pensões mínimas; a generalização e duplicação do abono de família; a instituição da pensão social; a legalização do direito à greve e proibição do lock-out; a liberdade de reunião, de manifestação, de associação, liberdade sindical e de actividade sindical nas empresas e locais de trabalho; o direito de contratação e negociação colectivas; a segurança social pública e universal; a proibição dos despedimentos sem justa causa; o direito a férias pagas e respectivo subsídio e ao 14º mês ou subsídio de Natal.**



DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Nos luminosos tempos da revolução, e em resposta às reivindicações que se faziam nas ruas, nas fábricas e nos campos, legislou-se com sentido democrático e progressista.

A Constituição da República Portuguesa (CRP), aprovada e promulgada em 2 de Abril de 1976 consagrou as transformações de carácter político, económico e social progressista, que muitos nunca imaginaram que algum dia seria possível alcançar. Apesar das mutilações que sucessivas revisões lhe impuseram, a Constituição integra garantias e direitos conquistados que são valores de Abril determinantes para o caminho a trilhar para o desenvolvimento económico, social e cultural do Portugal livre, independente e soberano que Abril prometeu e urge construir.

Uma Constituição que não é neutra, que tem inscrito o direito ao trabalho, a salários dignos e à contratação da colectiva, à liberdade e actividade sindical, o direito a serviços públicos de qualidade e às funções sociais do Estado: à saúde, segurança social, educação, habitação, justiça e cultura.

O projecto, valores e o conjunto de direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa (CRP), que estão profundamente enraizados na sociedade portuguesa, são actuais e perspectivam um rumo de desenvolvimento e justiça social, que urge intensificar.

ATAQUE AOS DIREITOS

E VALORES DE ABRIL

O ataque aos direitos dos trabalhadores, apesar da sua luta e ofendendo os valores de Abril, tem sido uma constante dos sucessivos Governos PS, PSD e CDS (sozinhos ou coligados, entre si), alterando para pior as leis do trabalho, através de sucessivos pacotes laborais, combatendo a unidade dos trabalhadores e promovendo o divisionismo sindical, que esses partidos institucionalizaram.

A resistência e luta dos trabalhadores, a intervenção e acção de classe da CGTP-IN, do SPZS/FENPROF e do Movimento Sindical Unitário em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e das conquistas da Revolução conseguiu em diversos momentos travar os objectivos mais vastos da política de direita.



Em resultado de mais de 40 anos de política de direita, que contrariam o projeto emancipador de Abril, a situação nacional confirma a persistência de défices e bloqueios em áreas que são estruturais para o desenvolvimento do País, deixando-o vulnerável perante um enquadramento internacional, complexo e instável, sendo de notar: a perspectiva de abrandamento económico e risco de recessão com a subida das taxas de juro determinadas pelo BCE; a elevada pressão inflacionista, com expressão no aumento do preço de bens e serviços essenciais; o aproveitamento especulativo por parte dos principais grupos económicos; a acentuada redução do peso dos salários no rendimento nacional, a par da escandalosa acumulação de



lucros por parte dos grupos económicos; um défice externo que continua a agravar-se ao mesmo tempo que se degrada a produção nacional; a intensificação das pressões externas para limitar a despesa pública e o investimento; a preparação de novas privatizações - TAP, EFACEC, SATA - e Parcerias Público-Privadas - hospitais, rodovia e ferroviária.

COMEMORAR ABRIL É:

Desenvolver a acção e a luta, mobilizando os trabalhadores, reforçar a unidade, alargar a sindicalização, fortalecer a organização sindical, dar mais força as sindicatos, criar um amplo movimento junto dos trabalhadores para grandiosas participações nas comemorações do 50º Aniversário do 25 de Abril e na jornada de luta do 1º de Maio de 2024, Dia Internacional do Trabalhador.

A vida já demonstrou que os trabalhadores, em unidade, reforçando as suas estruturas representativas de classe com mais sindicalização e dirigentes, delegados e activistas sindicais empenhados e determinados na causa dos trabalhadores, com mais esclarecimento, mobilização e luta organizada, têm nas suas mãos fortes possibilidades de defender e conquistar direitos, fazendo das injustiças, tão profundas e inaceitáveis de que são vítimas no seu dia-a-dia, a determinação necessária para o combate por um País mais justo, democrático e solidário, por uma política alternativa de esquerda e soberana, contra a exploração, pela emancipação dos trabalhadores, por uma Escola Pública de qualidade, para todos, democrática, com trabalhadores valorizados e respeitados.

lista A

CUMPRIR ABRIL - DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA E VALORIZAR A PROFISSÃO DOCENTE

PROGRAMA DE AÇÃO

Triénio 2024 - 2027

Agendadas para o próximo dia 14 de maio, as eleições para os Corpos Gerentes do Sindicato dos Professores da Zona Sul, triénio 2024-2027, realizam-se no ano em que se completam 50 anos da Revolução do 25 de Abril de 1974.

Momento alto da História de Portugal, o 25 de Abril de 1974 foi a concretização da vontade colectiva de pôr fim aos 48 anos da ditadura fascista e à guerra colonial, à tortura e à prisão política, de acabar com o atraso em que o País se encontrava, o analfabetismo e a mortalidade infantil, erradicar as gritantes injustiças e desigualdades sociais, construir um regime de liberdade e democracia para a emancipação social e política dos portugueses, afirmando a soberania e a independência nacionais.

São conquistas do 25 de Abril, o aumento dos salários, a instituição do salário mínimo nacional e de pensões mínimas, a generalização e duplicação do abono de família, a licença de maternidade, a instituição da pensão social, a legalização do direito à greve e a proibição do lock-out, a liberdade de reunião, de manifestação, de associação, a liberdade sindical e de actividade sindical nas empresas e serviços, o direito de contratação e negociação colectivas, a proibição dos despedimentos sem justa causa, o direito a férias pagas e respectivo subsídio e ao 14º mês ou subsídio de Natal.

Os direitos das mulheres, dos jovens, das crianças e de outras camadas da população são consagrados e começam a ser efectivados. O direito à saúde e a um Serviço Nacional de Saúde público, gratuito e universal, o direito à Segurança Social pública, universal e solidária, o direito à habitação, a construção e instituição do Poder Local Democrático, e o direito à Escola Pública, gratuita, inclusiva e de qualidade são disso exemplo.

Em 2026, o SPZS comemorará 50 anos de existência e de grande actividade sindical, pautando a sua acção nos princípios da liberdade, da democracia, da independência, da unidade, do sindicalismo de massas numa concepção ampla do sindicalismo docente, com a responsabilidade de defender, por todos os meios ao seu alcance, os direitos dos professores, educadores e investigadores.

Estas eleições do SPZS acontecem num contexto político e social muito particular e complexo. As opções políticas dos governos do PS de Sócrates e Lurdes Rodrigues, do governo do PSD/CDS de Passos, Portas e Nuno Crato, e dos governos de António Costa, de Tiago Brandão e João Costa, determinaram um gradual e forte desinvestimento na Educação, na Escola Pública e nos seus profissionais.

Quase duas décadas de desinvestimento, em que os professores e os trabalhadores do sector público foram apresentados como privilegiados para lhes ser imposto um longo período de retirada de salários e direitos, resultaram na situação actual, em que, todos os docentes e investigadores sentem que Portugal continua marcado por profundas desigualdades, pelo aumento do custo de vida, por um modelo de desenvolvimento assente nos baixos salários e na precariedade, horários de trabalho desregulados, no desrespeito pelas carreiras profissionais, e por opções políticas que têm permitido a transferência da riqueza criada pelos trabalhadores para os cada vez maiores lucros do capital.

Foi neste quadro que se realizaram as eleições legislativas de 10 de Março, cujos resultados eleitorais não podem ser desligados da reiterada falta de resposta aos problemas concretos dos trabalhadores e da degradação das condições de vida no nosso País.

Destas eleições resultou a formação de um governo da AD, uma nova composição da Assembleia da República, com uma maioria de deputados ao serviço da política de direita, que não traduz uma mudança de rumo para o país, para a Escola Pública ou para os professores. Representa, isso sim, a acentuação da política de direita, contra os interesses dos trabalhadores e o desenvolvimento do País, em favor da exploração e da desigualdade social, do ataque aos direitos e à democracia, o que exige desde já a mobilização e luta dos trabalhadores.

Neste contexto, ganha importância redobrada a luta pela efectivação dos valores e conquistas de Abril, através da eleição de delegados sindicais em todas as escolas, no aprofundar da acção sindical, sindicalizando, esclarecendo, discutindo e mobilizando para a defesa da Escola Pública e para as condições de vida e de trabalho dos professores, educadores e investigadores.

O triénio 2021-2024 foi marcado por uma grande actividade sindical do SPZS nas Escolas, mas também na rua, em lutas de grande expressão e visibilidade, com o envolvimento dos professores e educadores, desenvolveu-se uma acção muito intensa no plano reivindicativo, o que envolveu os dirigentes e os delegados sindicais do SPZS no esclarecimento dos docentes, em centenas de reuniões nas escolas, com ênfase nas negociações que decorreram em todo aquele período, tal a intensidade da mobilização e luta da generalidade dos professores e educadores.

Mesmo durante a pandemia, quando outros vacilaram, o SPZS não deixou de lutar pela resolução dos problemas que os professores e as escolas mais sentiam. O SPZS esteve sempre com os educadores e os professores, quando estes regressa-

ram às escolas, pressionando para que a tutela assegurasse as condições indispensáveis.

Com o objetivo de resolver problemas, o SPZS, ao longo do mandato não se desviou dos objetivos centrais da luta: recomposição da carreira; combate à precariedade; melhoria das condições de trabalho; aposentação e rejuvenescimento da profissão, com a certeza que a valorização da profissão docente seria decisiva para tornar atrativa e reverter a crescente falta de professores.

A par destes, outros objetivos foram também considerados importantes, devendo integrar a agenda reivindicativa, tais como: alteração do desumano regime de Mobilidade por Doença; revisão do regime de avaliação de desempenho, com prioridade para a abolição das quotas; combate à municipalização da Educação; defesa de uma gestão democrática das escolas; garantia de uma formação inicial de qualidade; reforço da autoridade profissional dos docentes como pressuposto para a elevação do prestígio social da profissão; respeito pelos direitos sindicais e pelo seu exercício pleno.

As ações e lutas desenvolvidas foram diversas, destacando-se pela sua visibilidade o acampamento junto ao ME, a caravana que percorreu a EN2, as concentrações, vigílias e desfiles regionais, grandes concentrações e manifestações nacionais.

Os dirigentes e delegados sindicais estiveram sempre no terreno, não deixando de informar, ouvir e consultar os professores, para a tomada de posições e para a decisão das formas de luta a desenvolver, só assim foi possível a luta organizada e consequente, muitas vezes em convergência, algumas vezes ultrapassando contrariedades, manobras oportunistas criadas para dividir a luta, por movimentos ditos inorgânicos ou apartidários, ou pela criação de sindicatos divisionistas, usando os problemas dos docentes e as suas reais insatisfações para apaziguar contradições de classe e refrear a luta organizada, conduzindo os trabalhadores para ilusões e becos sem saída.

Foi através da luta organizada que se condicionou o Governo na sua ação imediata e na tomada de decisões futuras. De recordar que foi assim que foram gozadas as intenções iniciais do ministro da Educação em relação ao regime de concursos, visando a eliminação concursos nacionais e remetendo para os Diretores dos Agrupamentos de Escolas a escolha de um número significativo de professores, não por via da sua graduação profissional, mas por um suspeito e pouco

objetivo perfil de competências.

O SPZS nunca cedeu perante as adversidades criadas pelo poder, fosse através da não resposta às propostas apresentadas pela FENPROF ou pelas tentativas de limitar o exercício da atividade sindical e dos direitos laborais, ou pela imposição ilegal e abusiva de serviços mínimos em dias de greve dos professores.

Convém aqui sublinhar a importância de um modelo de sindicalismo combativo, de massas e de classe, centrado nas escolas e baseado num profundo conhecimento dos problemas concretos dos professores, educadores, investigadores, no activo, desempregados ou aposentados, contando com todos para a reflexão, construção de propostas e na mobilização para a ação, em defesa e respeito pela Constituição da República Portuguesa.

O SPZS assegurou todo o apoio, incluindo jurídico, a todos os seus associados. Realizara, -se plenários, reuniões e visitas sindicais aos vários locais de trabalho. O Centro de Formação do SPZS realizou dezenas de ações de formação envolvendo centenas de associados. Renovou-se a página Web do sindicato, para informação sindical e institucional, comunicou-se com os sócios por várias vias, email, newsletter, correio, etc. Estabeleceram-se novos protocolos com benefícios sociais destinados a todos os sócios.

No ano letivo transato iniciámos uma campanha de sindicalização e, no presente ano letivo, realizaram-se as Jornadas Sindicais do SPZS. Pretendemos com estas e outras iniciativas, rejuvenescer o SPZS e formar dirigentes e delegados sindicais que são a alma da nossa organização cujo corpo é, inquestionavelmente, o conjunto dos associados. Iniciativas que pretendemos continuar a desenvolver paralelamente com o contacto e esclarecimento dos colegas nas Escolas e Jardins de Infância construindo um sindicato mais forte, rejuvenescido e atuante.

Consagra a Constituição da República Portuguesa que cabe ao Estado assegurar uma rede pública de estabelecimentos de educação e ensino, em todos os níveis. Rede pública que deve de garantir a democratização da oferta educativa, da igualdade das condições de acesso e de sucesso educativos, assegurando que não se verifica qualquer tipo de discriminação seja de natureza social, étnica, cultural, política, religiosa ou outra, para tal é necessário salvaguardar que a Escola Pública disponha dos recursos financeiros, humanos e pedagógicos capazes de assegurar o seu propósito e as respostas a toda a população estudantil.

O desinvestimento na Educação Pública tem sido gradual e cada vez mais acentuado, resultado das opções políticas das últimas duas décadas, situando o financiamento atual em cerca de metade do que as instituições internacionais defendem. Os resultados são, a falta de condições do parque escolar, a cada vez maior desvalorização material, funcional e social da carreira docente: o corpo docente envelhecido e desgastado física e emocionalmente; abandono da profissão por parte de milhares de docentes que procuram alternativas; enorme quebra de jovens a frequentar cursos de formação inicial de docentes, muito aquém do número de docentes que se aposentam todos os anos.

É urgente portanto, reverter o ciclo de subfinanciamento na Educação Pública, no Ensino Superior e na Ciência. Contudo, deverá o Estado fazê-lo mas sem passar pela desresponsabilização em relação ao financiamento, sem o recurso à irresponsável transferência de responsabilidades que deverão ser do Estado Português para fundos comunitários ou para os municípios. Expediente que só alimenta as lógicas mercantilistas na Educação, e empobrece e desqualifica a Escola Pública.

É neste contexto que a lista “CUMPRIR ABRIL - DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA E VALORIZAR A PROFISSÃO DOCENTE” se candidata à eleição para os Corpos Gerentes para o triénio 2024-2027 com o objetivo de continuar o trabalho centrado nas escolas, nos docentes e investigadores, para a resolução dos seus problemas, para a melhoria das suas condições de vida e de trabalho, para a luta reivindicativa diversificada e continuada, para a defesa de uma Escola Pública gratuita, democrática, inclusiva e de qualidade para concretizar as seguintes propostas e reivindicações essenciais para o mandato:

- Melhorar e consolidar os estatutos das carreiras docentes e da investigação;
- Recuperar integralmente o tempo de serviço cumprido nos períodos de congelamento das carreiras e o correspondente reposicionamento no escalão adequado;

- A eliminação do regime de vagas imposto para progressão aos 5.º e 7.º escalões;
- Reformular o regime de avaliação de desempenho docente, conferindo-lhe um carácter essencialmente formativo, desburocratizando-o e eliminando as quotas para a atribuição das menções qualitativas de excelente e muito bom;
- Eliminação das ultrapassagens decorrentes de processo de recuperação de 2 anos, 9 meses e 18 dias, previsto nos decretos-lei nº 36/2019 de 15 de março e nº 65/2019 de 20 de maio;
- Eliminação das quotas na avaliação do desempenho;
- Revogação do período probatório e criação de um período de indução para o primeiro ano de exercício da profissão;
- Fim da discriminação salarial que persiste dos docentes com contrato a termo;
- Resolver, urgentemente, o problema da não declaração de 30 dias mensais de trabalho relativamente aos contratos de trabalho a termo celebrados pelos docentes para horários inferiores a 16 horas;
- Eliminar situações discriminatórias e violadoras do ECD que afetam os docentes das escolas públicas que exercem funções no ensino profissional, designadamente em relação a horários de trabalho, aplicação do calendário escolar e outras que resultam de exigências do Fundo Social Europeu;
- Rever os regimes de formação de professores, nas suas diferentes modalidades, não cedendo no grau de exigência, procurando dar resposta a problemas imediatos, reconhecendo que a natureza multifacetada do conhecimento profissional impõe uma visão ampla do profissionalismo docente que, no âmbito da formação, deverá articular adequadamente as componentes do currículo de formação com os contextos de prática e ter, ainda, em conta as dimensões ética, social, cultural e política do ensino; as modalidades de formação contínua e especializada dão sequência à inicial, mantendo atualizado o corpo docente, numa lógica de formação ao longo da vida, e dando resposta a necessidades específicas do sistema e das escolas que tenham de ser garantidas por especialistas;
- Respeito pelos limites legais estabelecidos no ECD para o horário de trabalho dos educadores e professores;
- Definição clara do conteúdo das componentes letiva e não letiva;
- A Componente letiva dos docentes compreende toda atividade direta com alunos;
- Os intervalos são uma pausa que integra a componente letiva;
 - A Componente não letiva de estabelecimento integra todas as reuniões legalmente convocadas, que são previsíveis, ainda que de periodicidade não semanal, bem como a formação contínua promovida pelo ME, e de participação obrigatória, ou outra também necessária para efeitos de progressão na carreira;
 - A componente não letiva individual é de gestão dos professores e destina-se, principalmente, à preparação de aulas e à correção e avaliação do trabalho dos alunos. Deverão reverter para esta componente as horas de redução letiva que resultem da aplicação do artigo 79º do ECD.
- Criação de condições específicas para os docentes que exercem atividade em regime de monodocência, designadamente no que respeita ao horário-base de trabalho, reduções de componente letiva ao abrigo do artigo 79.º do ECD, entre outros aspetos. Tal implica a reflexão e eventual alteração do regime de docência;
- Clarificar posições em torno das questões do currículo, designadamente em relação às aprendizagens essenciais, à existência ou não de programa nacional, à flexibilidade curricular, à gestão das matrizes curriculares pelas escolas (25% ou mais, no caso das escolas que integram o PPIP), à generalização da lecionação da expressão plástica, expressão físico-motora e expressão musical em contexto letivo no 1º Ciclo, deixando de as remeter para as AEC, e à articulação curricular entre ciclos, aprofundando a reflexão sobre a sua organização e duração;
- Garantir que as atividades de enriquecimento curricular assumem natureza não curricular e não letiva e têm os recursos humanos indispensáveis à sua concretização e regularização de todas as situações contratuais dos docentes que as exercam;
- Aprovação de um regime específico de aposentação aos 36 anos de serviço, admitindo-se para atingir esse objetivo, um período de faseamento até à sua completa aplicação;
- De imediato, possibilidade de aposentação, sem penalização de idade, dos docentes que já têm 40 anos de carreira contributiva;
- Aplicação do regime de pré-reforma aos docentes com a fixação de normas específicas de aplicação universal, eliminando a possibilidade de situações discriminatórias;
- Possibilidade de utilização, por opção do próprio, do tempo de serviço cuja contagem para a progressão na carreira foi “congelado” para efeitos de aposentação;
- Abertura de lugares de quadro de acordo com reais necessidades das escolas;
- Revisão da designada “norma travão”, no sentido de garantir a vinculação dinâmica de todos os docentes com 3 ou mais anos de serviço docente prestado com contrato a termo em escolas públicas;
- Eliminação do mecanismo de renovação de contrato: a renovação de contrato confirma que a necessidade que a origina é permanente e não temporária.
- Urgente revisão do desumano Decreto-Lei que instituiu o atual regime de concurso de Mobilidade por Doença. Os docentes com doenças incapacitantes terão de ser respeitados, neste caso, por razões acrescidas;
- Repor a dimensão pedagógica e o carácter deliberativo na constituição e no funcionamento dos conselhos de turma;
- Revogar processo de municipalização da educação, convergindo com autarquias, académicos, organizações e movimentos que o contestam, defendendo a sua reversão e a realização de um amplo debate nacional sobre descentralização na Educação;
- Exigir a gestão democrática das escolas, indispensável a uma verdadeira autonomia e sem a qual se tornam insuficientes e se frustram os esforços para promover junto da comunidade escolar os valores da verdadeira cidadania e democracia;
- Continuar a Denunciar a perversidade dos rankings de escolas, que, desde logo, promovem os colégios privados de cariz elitista e criam estigmas sobre escolas públicas, que procuram levar à prática uma verdadeira educação inclusiva;
- Defender uma profunda transformação qualitativa ao nível do desenvolvimento do ensino artístico especializado, invertendo a lógica de financiamento (excessivamente dependente de fundos europeus e direcionado para o ensino privado), investindo preferencialmente no sistema público de ensino, designadamente com a expansão da sua ainda exígua rede, e promovendo novas valências de formação artística nos agrupamentos de escolas e nas escolas do ensino secundário não agrupadas;
- Promover um amplo debate, envolvendo a comunidade académica e científica, sobre os problemas gerados pelo uso ina-

dequado e abusivo da bibliometria nos processos de avaliação de instituições de ensino superior, docentes e investigadores;

- Reforçar a autonomia pedagógica e didática dos professores, combatendo mecanismos que, por via da observação direta de aulas, possam pôr em causa a autonomia dos professores na gestão das suas aulas e nas relações com os seus alunos;

- Avaliar e rever o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES);

- Desbloquear as progressões salariais nas carreiras docentes do ensino superior, cujos profissionais são hoje prejudicados relativamente ao regime geral da Administração Pública;

- Combater a figura jurídica de fundação pública com regime de direito privado no sistema de ensino superior português;

- Definir um modelo de avaliação que permita uma efetiva progressão e que evite os resultados díspares das avaliações que nas várias instituições de ensino superior, quer no tempo para obter uma progressão;

- Defender a regulamentação do modelo de avaliação dos investigadores, de uma forma que evite a repetição dos erros e injustiças que se torna necessário corrigir no caso dos docentes;

- Promover a abertura de concursos externos de ingresso nas carreiras do ensino superior, para assegurar a renovação do corpo docente e de investigação, com o correspondente reforço do financiamento;

- Corrigir as desigualdades existentes do ponto de vista remuneratório e das cargas horárias entre docentes do ensino universitário e do politécnico;

- Revisão do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, valorizando a participação e a gestão democrática, a função pública do Ensino Superior e a revogação do regime fundacional;

- O financiamento público da Educação deverá corresponder a 6% do Produto Interno Bruto (PIB), acompanhando as recomendações internacionais;

- Os fundos europeus deverão acrescentar ao investimento em Educação e não substituir o Estado dessa responsabilidade;

- Defende-se uma efetiva descentralização da Educação, mas centrada nas escolas no que às questões pedagógicas diz respeito. O processo de transferências de competências para os municípios reduz as que estavam atribuídas às escolas, interfere na sua autonomia, designada-

mente pedagógica, e abre portas à ingerência em domínios que deverão ser da sua exclusiva responsabilidade, designadamente em relação à gestão e avaliação dos seus recursos humanos, sejam eles quais forem;

- As ofertas educativa e formativa devem continuar a ser decididas e organizadas pelas escolas e pela administração educativa, nunca transferindo esta responsabilidade para as autarquias e/ou Comunidades Intermunicipais;

- Deve ser competência das escolas um conjunto de decisões que consideramos determinantes para a vida das escolas, mas cujo o controlo o Ministério da Educação não abdica: a constituição de turmas; a decisão sobre a organização de apoios a alunos; a organização de horários; todas as decisões e medidas de natureza pedagógica e didática;

- As escolas deverão ter um órgão de gestão colegial;

- Na eleição para o Órgão de Gestão devem participar todos os docentes, todos os trabalhadores não docentes, representantes dos pais e, no caso do ensino secundário, representantes dos alunos;

- Reforço das competências e da autonomia de funcionamento do Conselho Pedagógico que deverá deixar de ser meramente consultivo;

- A eleição dos coordenadores das estruturas pedagógicas intermédias deverá ser feita entre todos os docentes;

- Criação dos grupos de recrutamento de Teatro/Expressão Dramática e Intervenção Precoce;

- Relativamente aos técnicos especializados - intérpretes de LGP, terapeutas, psicólogos, entre outros, urge a criação de condições dignas de exercício profissional, tanto no que respeita à natureza do seu vínculo, como às remunerações;

- Eliminação dos mega-agrupamentos, desdobrando-os em organizações de menor dimensão, mais humanizadas e com órgãos próprios;

- Respeitar os direitos sindicais e a representatividade das organizações sindicais, desde já e enquanto não for desenvolvido um processo de medição democrático, cumprindo o disposto na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas acerca da negociação coletiva, bem como revogar as normas legais que põem em causa o direito à greve e já foram declaradas ilegais pelos tribunais;

- A defesa da negociação e contratação coletivas no setor do Ensino Particular e Cooperativo (EPC), IPSS e Misericórdias,

incluindo o ensino superior, com vista a melhorar as condições de trabalho e o respeito pelo exercício da profissão;

- A urgente clarificação, por parte do Ministério da Educação, do enquadramento jurídico sobre a certificação do tempo de serviço docente prestado no ensino profissional, IPSS e Misericórdias;

- O reconhecimento, para todos os efeitos, do tempo de serviço dos educadores de infância a exercer ou que exerceram funções em creche, em moldes iguais a todos os que exercem funções na valência de pré-escolar;

- A defesa da Caixa Geral de Aposentações e, nesse quadro, a possibilidade de inscrição por parte de todos os que têm estado impedidos de o fazer;

- A valorização das pensões de aposentação que têm sido afetadas negativamente por decisões políticas e medidas que põem em causa as legítimas expectativas dos docentes aposentados e os seus direitos, enquanto pensionistas;

- A revisão dos salários, que verdadeiramente não são atualizados desde 2009, na sequência de processos negociais sérios e efetivos, que tenham em conta a desvalorização (perdas de poder de compra já acima dos 20%) verificada nos últimos anos, provocada, designadamente, pela inflação;

- A revisão anual de todas as pensões, com atualizações nunca inferiores às dos salários e com discriminação positiva das pensões mínimas;

- A dedução, em sede de IRS, de todas as despesas que resultem de cuidados de saúde, incluindo os serviços continuados e paliativos, e o aumento de escalões, por forma a recuperar a sua progressividade, conferindo uma maior justiça fiscal;

- A manutenção da gestão pública da ADSE e a aprovação de medidas que garantam a sua duradoura sustentabilidade, onde se deverá incluir a definição de valores adequados a pagar às entidades prestadoras de serviços, tendo por referência o custo dos mesmos no serviço público;

- Defender o direito ao exercício de actividade sindical, o direito de ser sindicalizado e de participar livremente na actividade sindical a todos os níveis;

- Fomentar a eleição, formação e acompanhamento de Representantes para a Segurança e Saúde no Trabalho.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL



**MARIA DO CÉU
COSTA**
Aposentada
Évora



**ANTÓNIO LUÍS
VENTURA**
QA
Faro



**CLEMENTINA G.
MIRANDA**
Aposentada
Portalegre



**MARIA CAROLINA
CASTILHO**
QA
Beja



**DELFINA MARIA
ROSADO**
Aposentada
Évora

Suplente



**MARIA MARGARIDA
ARAÚJO**
QA
Évora



ANTÓNIO SILVA
Aposentado
Faro

CONSELHO FISCAL



**JORGE MARIA
LOURIDO**
Aposentado
Évora



**FRANCISCA DE
FÁTIMA FAÍSCO**
Aposentada
Beja



**MÁRIO JOSÉ
CARVALHO**
2,3/SEC
Faro



FÁTIMA MOREIRA
Ed. especial
Évora



**FRANCISCO CID
CARREIRO**
Prof. Adjunto
Portalegre

Suplente



**MARIA HELENA
CURADO**
Aposentada
Évora

DIREÇÃO CENTRAL



Ana Luísa Cayola
2,3/SEC
Portalegre



Claudio Trindade
2,3/SEC
Portalegre



Elsa Nascimento
2,3/SEC
Portalegre



José Janela
2,3/SEC
Portalegre



LUÍSA SOUSA
2,3/SEC
Portalegre



Fátima Dias
2,3/SEC
Portalegre



Pedro Reis
2,3/SEC
Portalegre



Teresa Coelho
Ens. Superior
Portalegre



Ana M. Balixa
Ed. Especial
Évora



Joaquim Oliveira
1CEB
Évora



Joaquim Ramalho
2,3/SEC
Évora



Lúcia Cardoso
Ed. Especial
Évora



Rosa M. Costa
2,3/SEC
Évora



Margarida Pereira
1CEB
Évora



M. Antónia Fialho
Pré-Escolar
Évora



Lara Pinho
Ens. Superior
Évora



M. Graça Nascimento
1CEB
Évora



Cláudia Ramalhinho
2,3/SEC
Évora



Maria R. Carvalho
Ed. Especial
Évora



Guida Veiga
Ens. Superior
Évora



M. Fernanda Recto
2,3/SEC
Évora



Sónia Lucena
Ens. Superior
Évora



Ana Paula Cardoso
2,3/SEC
Beja



Paulo J. Félix
2,3/SEC
Beja



Célia Casaca
2,3/SEC
Beja



Ana Melão
1CEB
Beja



Elsa Isabel Soares
2,3/SEC
Beja



Emília Encarnação
Pré-Escolar
Beja



José M. Ribeiro
1CEB
Beja



Manuel Nobre
2,3/SEC
Beja



Maria Fé Carvalho
1CEB
Beja



M. Lurdes Quirino
1CEB
Beja



Dina P. Marques
2,3/SEC
Beja



Rosalina Caiiro
1CEB
Beja



Alexandra Alcântara
EPC
Beja



Ana C. Simões
Ed. Especial
Faro

• • •
Lista A
2024-2027

lista A



André Lara Ramos
2,3/SEC
Faro



Maria G. Franzky
2,3/SEC
Faro



António Cunha
2,3/SEC
Faro



António Macedo
2,3/SEC
Faro



António J. Pais
2,3/SEC
Faro



Maria M. Jorge
2,3/SEC
Faro



Catarina Marques
Ed. Especial
Faro



Carlos L. Marques
2,3/SEC
Faro



Cristina Ferreira
1CEB
Faro



Elisabete Isabel
2,3/SEC
Faro



Emmanuel Luz
2,3/SEC
Faro



Fernando Delgado
2,3/SEC
Faro



Isa Martins
2,3/SEC
Faro



Joaquim Contreiras
Ens. Superior
Faro



Julica Engel
EPC
Faro



Lino Gago
2,3/SEC
Faro



Maria Amália G.
Pré-Escolar
Faro



Lígia Martins
Pré-Escolar
Faro



M. João Sales
2,3/SEC
Faro



Sandrine Coelho
1CEB
Faro



Sónia Fernandes
2,3/SEC
Faro



Alda Pais
1CEB
Portalegre



Sónia E. Franco
2,3/SEC
Faro



M. Odete Palma
QA
Beja



Claudia Teixeira
Ens. Superior
Évora



João M. Orelhas
2,3/SEC
Portalegre



Olivia Fernandez
Ens. Superior
Faro

Suplentes

DIREÇÃO DISTRIAL DE PORTALEGRE



Alcina Raposo
Ed. Especial
Portalegre



Amândio Valente
1CEB
Portalegre



Carla M. Fino
2,3/SEC
Portalegre



José J. Pinheiro
2,3/SEC
Portalegre



Lina Carona
Pré-Escolar
Portalegre



Mário Alfaia
2,3/SEC
Portalegre



Paula C. Oliveira
1CEB
Portalegre

Suplente



Helena Palmeiro
2,3/SEC
Portalegre



Nuno Sequeira
2,3/SEC
Portalegre

DIREÇÃO DISTRIAL DE ÉVORA



Catarina C. Loios
2,3/SEC
Évora



Duarte Guerreiro
2,3/SEC-contratado
Évora



Fernanda A. Alves
2,3/SEC
Évora



Graziela Mendes
Pré-Escolar
Évora



José A. Caixeiro
1CEB
Évora



Lília Espadinha
1CEB
Évora



Maria C. Vasques
Ed. Especial
Évora



Maria L. Segurado
Pré-Escolar
Évora



Paula M. Gaspar
2,3/SEC
Évora



Sandra I. Caeiro
2,3/SEC
Évora



Telma Rebelo
Ed. Especial
Évora

Suplentes



Adélia Pinto
2,3/SEC
Évora



João Banha
2,3/SEC
Évora

DIREÇÃO DISTRIAL DE BEJA



Alexandre Borralho
1CEB
Beja



Carlos L. Barata
2,3/SEC
Beja



Celso F.B. Silva
Ens. Superior
Beja



Cristina Rodrigues
2,3/SEC
Beja



Ildefonso Godinho
2,3/SEC
Beja



Maria F. Pestana
Ed. Especial
Beja



Maria F. Izidoro
2,3/SEC
Beja



Paula C. Lança
2,3/SEC
Beja



Paula C. Barata
1CEB
Beja



Maria R. Lança
2,3/SEC
Beja

Suplente

DIREÇÃO DISTRIAL DE FARO



Amanda Grade
Ed. Especial
Faro



Beatriz Calafate
1CEB
Faro



Carla M. Coles
2,3/SEC
Faro



Carla S. Leite
2,3/SEC
Faro



Catarina P. Sena
Ed. Especial
Faro



Domingos Ramalho
2,3/SEC
Faro



Dulce Vilhena
2,3/SEC
Faro



José Carlos Vale
2,3/SEC
Faro



Liliana Candeias
Pré-Escolar
Faro



Margarida Correia
2,3/SEC
Faro



Maria H. Pinto
2,3/SEC
Faro



Maria M. Barros
2,3/SEC
Faro



Sandra L. Jesus
2,3/SEC
Faro



Sílvia M. Correia
1CEB
Faro



Vanda B. Batista
Pré-Escolar
Faro



Mário J. Camacho
2,3/SEC
Faro



Celeste Raimundo
Ed. Especial
Faro



Francisco Leitão
Ens. Superior
Faro

Suplentes

Eleição dos Corpos Gerentes do Sindicato dos Professores da Zona Sul, para o triénio de 2024/2027

Conforme regulamento eleitoral em anexo nos Estatutos do SPZS e deles parte integrante, publicados no BTE n.º 26 de 15/7/2014 e alterações publicadas no BTE n.º 5/2/2015, divulgam-se as listas de candidatos ao ato eleitoral para eleição dos Corpos Gerentes do SPZS para o triénio 2024/2027 que terá lugar no dia 14 de Maio de 2024.

Os Estatutos e respetivos regulamentos podem ser consultados em www.spzs.pt

Podem participar no ato eleitoral todos os sócios do SPZS que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos sindicais, nos termos do artigo 75º dos Estatutos, nomeadamente, desde que tenham pago as suas quotas, quando devidas, até ao dia 15 de fevereiro de 2024.

Os cadernos eleitorais, dos quais constarão todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, serão afixados na sede, nas delegações e na subdelegação do Sindicato a partir de 25 de março.

Os sócios que se encontrem em mora quanto ao pagamento das suas quotas sindicais poderão participar na Assembleia Eleitoral mediante regularização da sua situação no prazo de 15 dias contados a partir de 25 de março, nos termos do artigo 85º dos Estatutos.

As mesas de voto funcionarão na sede, nas delegações e na subdelegação do Sindicato, ininterruptamente, entre as 9H00 e as 19H00 do dia 14 de maio de 2024.

Para votar, o/a colega, poderá optar por:

1 - VOTO PRESENCIAL:

Nas Mesas de Voto instaladas na sede, nas delegações e na subdelegação do Sindicato no dia 18 de Maio.

2 - VOTO PRESENCIAL CONDICIONAL:

Em qualquer uma das Mesas de Voto. Poderão votar nestas condições os sócios que, dirigindo-se a uma Mesa de Voto, não constem no respetivo Caderno Eleitoral.

Neste caso, os membros das Mesas colocarão:

- O boletim de voto no envelope branco, fechando-o e não escrevendo nada neste envelope;
- O envelope branco (o que já contém o boletim de voto) no envelope RSF;
- No envelope RSF, fora do envelope que contém o boletim de voto, fotocópia do cartão de sócio.

3 - VOTO POR CORRESPONDÊNCIA:

a) Vote, utilizando para o efeito o boletim que recebeu com esta revista Intervir;

b) Dobre o boletim de voto em quatro, com a face preenchida para dentro;

c) Coloque o boletim de voto no envelope branco, que recebeu junto com o boletim de voto, e feche-o. Não escreva nada neste envelope;

d) Introduza o envelope branco (o que já contém o boletim de voto) no envelope RSF que também recebeu para o efeito - não precisa de selo;

e) Introduza ainda no envelope RSF, fora do envelope que contém o boletim de voto, o cartão de sócio ou fotocópia do cartão de sócio. Depois é só colocar no correio o envelope RSF fechado.

É com este documento de identificação que a Comissão Eleitoral validará a votação (nomeadamente verificando nos cadernos eleitorais que estiveram nas mesas de voto que cada sócio só votou uma

vez). Depois da validação, o envelope com o seu voto será colocado numa urna com os outros, continuando assim a garantir-se a confidencialidade.

Nos termos dos Estatutos do SPZS, os votos por correspondência, para serem validados, deverão entrar na sede do SPZS, em Évora, com carimbo do correio até ao dia 14 de maio.

Os/As Colegas interessados (as) em votar por correspondência poderão fazê-lo imediatamente após a receção do boletim de voto e dos respetivos envelopes, para acautelar eventuais atrasos no correio.

www.spzs.pt

171 mesas de voto

Todos os Associados podem votar. Caso não conste dos Cadernos Eleitorais do seu local de voto, pode, na mesma, votar. Para tal, basta que o faça condicionalmente.

Conforme regulamento eleitoral em anexo nos Estatutos do SPZS e deles parte integrante, publicados no BTE n.º 26 de 15/7/2014 e alterações publicadas no BTE n.º 5/2/2015, divulgam-se as listas de candidatos ao acto eleitoral para eleição dos Corpos Gerentes do SPZS para o triénio 2024/2027 que terá lugar no dia 14 de Maio de 2024.

Os estatutos e respectivos regulamentos podem ser consultados em www.spzs.pt

Distrito de Portalegre

Mesa n.º 1 - Sede do SPZS - Av. Condes de Vilalva, 257 - 7004-097 Évora

Votos por correspondência dos 4 distritos do SPZS - Beja, Évora, Faro, Portalegre

Mesa	Quem vota	Horário
Mesa 2P Delegação do Sindicato	Educadores e Professores, das IPSS, Particular e Cooperativo, IPP, AE de Fronteira, AE de Gavião Aposentados, do distrito, de fora do distrito, destacados noutros serviços	9.00 – 19.00
Mesa 3P AE José Régio	Professores e Educadores do AE José Régio, Portalegre	9.30 – 13.30
Mesa 4P Eb1 de Atalaião	Professores e Educadores da Eb1 de Atalaião, Portalegre	9.30 – 13.30
Mesa 5P Eb1 dos Assentos	Professores e Educadores da Eb1 dos Assentos, Portalegre	9.30 – 13.30
Mesa 6P E. Sec. Mouzinho da Silveira/ Eb 2,3 Cristovão Falcão	Professores e Educadores do AE do Bonfim, Portalegre	9.30 – 13.30
Mesa 7P Eb1 da Praceta	Professores e Educadores da Eb1 da Praceta, Portalegre	9.30 – 13.30
Mesa 8P AE de Alter do Chão	Professores e Educadores do AE Alter do Chão	9.30 – 13.30
Mesa 9P AE de Arronches	Professores e Educadores do AE de Arronches	9.30 – 13.30
Mesa 10P AE de Avis	Professores e Educadores do AE Avis	9.30 – 13.30
Mesa 11P AE de Campo Maior	Professores e Educadores do AE de Campo Maior	9.30 – 13.30
Mesa 12P AE de Castelo de Vide	Professores e Educadores do AE de Castelo de Vide	9.30 – 13.30
Mesa 13P AE do Crato	Professores e Educadores do AE do Crato	9.30 – 13.30
Mesa 14P Eb2,3 da Boa Fé/Elvas	Professores e Educadores do AE nº1 de Elvas	9.30 – 13.30
Mesa 15P Eb2,3 de Sta Luzia/Elvas	Professores e Educadores do AE nº 2 de Elvas	9.30 – 13.30
Mesa 16P Eb1 de Sta Luzia/Elvas	Professores e Educadores da Eb1 de Sta Luzia, Elvas	9.30 – 13.30
Mesa 17P E. Sec. D. Sancho II/Elvas	Professores e Educadores do AE nº 3 de Elvas	9.30 – 13.30
Mesa 18P Ebi da Portagem/Marvão	Professores e Educadores do AE de Marvão	9.30 – 13.30
Mesa 19P AE de Monforte	Professores e Educadores do AE de Monforte	9.30 – 13.30
Mesa 20P AE de Nisa	Professores e Educadores do AE de Nisa	9.30 – 13.30
Mesa 21P E.Sec. Ponte de Sôr	Professores e Educadores do AE de Ponte de Sôr	9.30 – 13.30
Mesa 22P E.Sec. S. Lourenço, Portalegre	Professores da Escola Secundária S. Lourenço	9.30 – 13.30
Mesa 23P AE de Sousel	Professores e Educadores do AE de Sousel	9.30 – 13.30

Distrito de Évora

Mesa nº 1 - Sede do SPZS - Av. Condes de Vilalva, 257 - 7004-097 Évora

Votos por correspondência dos 4 distritos do SPZS - Beja, Évora, Faro, Portalegre

Mesa	Quem vota	Horário
Mesa nº2-E Sede do SPZS	Professores e Educadores do Concelho de Alandroal Professores e Educadores do Agrup. Severim de Faria, exceto EB1 S.Mamede Professores e Educadores do concelho de Mourão Professores e Educadores do concelho de Vendas Novas Professores e Educadores sem colocação Professores e Educadores fora de zona Professores e Educadores aposentados Professores e Educadores do concelho de V. Viçosa Professores e Educadores do Ensino Particular/Coop./IPSS do concelho de Évora	9:00- 19:00
Mesa nº 3-E EB1/JI Manuel Ferreira Patrício	Professores e Educadores do agrupamento, exceto EB1 Nª Sra. da Glória	9:55-12:30
Mesa nº 4-E ES/3ºC André de Gouveia	Professores e Educadores da Escola e os da EB1 Nª Sra. da Glória	9:45-11:30
Mesa nº 5-E EB2,3 Conde de Vilalva	Professores e Educadores do Agrupamento André de Gouveia, exceto os da ES/3ºC	9:00-12:30
Mesa nº6-E EB1/JI Bacelo	Professores e Educadores da Escola	10:30-11:00
Mesa nº7-E EB1 S. Mamede	Professores e Educadores da Escola	10:30-11:00
Mesa nº8-E EB André de Resende	Professores e Educadores da Escola	9:30-10:30
Mesa nº 9-E ES Gabriel Pereira	Professores e Educadores do Agrupamento Gabriel Pereira, exceto os da EB1 do Rossio	9:30-10:30
Mesa nº 10-E EB1 do Rossio	Professores e Educadores da Escola	
Mesa nº 11-E Colégio Luís António Verney, Universidade de Évora	Professores da Universidade	12:00-14:00
Mesa nº12-E EB2,3 Cunha Rivara	Professores e Educadores do concelho de Arraiolos, exceto os da EB1/JI de Arraiolos	9:55-10:20
Mesa nº13-E EB1/JI de Arraiolos	Professores e Educadores da Escola	10:30-11:00
Mesa nº14-E EB2,3 P. Bento Pereira	Professores e Educadores da Escola do Concelho de Borba	9:00-13:00
Mesa nº 15-E EB2,3 Sebastião da Gama	Professores e Educadores do Agrupamento de Escolas de Estremoz	9:30-10:30
Mesa nº 16-E ES/3ºC Rainha Stª Isabel	Professores e Educadores da Escola	9:30-10:30
Mesa nº 17-E EB2,3 S. João de Deus	Professores e Educadores do concelho de Montemor-o-Novo, exceto da Esc. Secundária	9:30-14:30
Mesa nº 18-E ES/3º C. Montemor-o-Novo	Professores e Educadores da Escola	9:45-11:00
Mesa nº 18-E EB2,3/S. de Mora	Professores e Educadores do concelho de Mora	13:00-14:00
Mesa nº19-E EB1/JI de Portel	Professores e Educadores do concelho de Portel	10:30-11:00
Mesa nº 20-E EB2,3/S. de S. João de Portel	Professores e Educadores da Escola	10:50-11:05
Mesa nº 21-E EB2,3/Sec. Dr. Hernâni Cidades	Professores e Educadores do concelho de Redondo	9:00-13:00
Mesa nº 22-E ES/3º C. Conde de Monsaraz	Professores e Educadores da Escola	9:30-10:30
Mesa nº23-E EB1 de Reguengos	Professores e Educadores do concelho de Reguengos de Monsaraz, exceto os da Esc. Sec.	11:30-13:00
Mesa nº24-E EB2,3/Sec. Dr. Isidoro de Sousa	Todos os Professores e Educadores do Agrupamento de Escolas, exceto os da EB1 de Alcáçovas	11:30-11:45
Mesa nº25-E EB1/JI de Alcáçovas	Professores e Educadores da Escola	12:30-13:30

Distrito de Beja

Mesa n.º 1 - Sede do SPZS - Av. Condes de Vilalva, 257 - 7004-097 Évora

Votos por correspondência dos 4 distritos do SPZS - Beja, Évora, Faro, Portalegre

Mesa	Quem vota	Horário
Mesa n.º 2 B	Educ e Profs do AE de Aljustrel	10:00h-11:30h
EB2,3 Dr. Manuel de Brito Camacho	Educ e Profs das IPSS, EPC	
Mesa n.º 3 B	Educ e Profs do AE de Almodôvar	14:30h-15:00h
EB2,3 Dr. João de Brito Camacho	Educ e Profs das IPSS, EPC	
Mesa n.º 4 B	Educ e Profs do AE de Alvito	10:00h-11:00h
Sede do Agrupamento	Profs da Esc. Profissional de Alvito	
Mesa n.º 5 B	Educ e Profs das IPSS, EPC do Concelho de Beja	09:00h-19:00h
Delegação do Sindicato	Profs do Ensino Superior Profs destacados/requisitados Profs desempregados Profs aposentados Profs em qualquer outra situação	
Mesa n.º 6 B	Educ e Profs do AE n.º 1 de Beja	10:00h-10:30h
Esc. Básica de Santa Maria	Educ e Profs da Esc. e Centro Escolar de Sta. Maria	
Mesa n.º 7 B	Educ e Profs do AE n.º 1 de Beja	10:05h-12:10h
Esc. Sec. Diogo de Gouveia	Profs da Escola Secundária Diogo de Gouveia	
Mesa n.º 8 B	Educ e Profs do Centro Escolar de Santiago Maior	10:00h-11:00h
Escola Básica Santiago Maior	Profs da EB2,3 de Santiago Maior	11:00h-12:00h
Mesa n.º 9 B	Educ e Profs do AE n.º 2 de Beja	09:30h-11:30h
Escola Básica Mário Beirão	Educ e Profs da EB2,3 e Centro Escolar Mário Beirão	
Mesa n.º 10 B	Educ e Profs do AE de Castro Verde	10:00h-11:00h
EB2,3 António Francisco Colaço	Educ e Profs das IPSS, EPC do Concelho de Castro Verde	
Mesa n.º 11 B	Educ e Profs do AE de Cuba	14:00h-14:30h
EB2,3 Fialho de Almeida		
Mesa n.º 12 B	Educ e Profs do AE de Ferreira do Alentejo	09:50h-12:00h
EB2,3/Sec. José Gomes Ferreira	Educ e Profs das IPSS, EPC do Concelho de Ferreira do Alentejo	
Mesa n.º 13 B	Educ e Profs do AE de Mértola	10:30h-11:30h
EB2,3/Sec. de São Sebastião	Profs da Escola Profissional de Mértola Educ e Profs das IPSS, EPC do Concelho de Mértola	
Mesa n.º 14 B	Educ e Profs do AE de Moura, Amareleja e Barrancos	10:00h-10:30h
Esc. Sec. de Moura	Profs da Escola Secundária de Moura	
	Educ e Profs das IPSS, EPC do Concelho de Moura	
Mesa n.º 15 B	Educ e Profs do AE de S. Teotónio, Odemira, Colos e V. N. Milfontes	10:30h-11:00h
EB2,3 Damião de Odemira	Educ e Profs das IPSS, EPC do Concelho de Odemira	
Mesa n.º 16 B	Educ e Profs do AE de Sabóia	15:00-15:30h
EB de Sabóia		
Mesa n.º 17 B	Profs da EB2,3 de Ourique	10:00h-11:00h
EB de Ourique	Educ e Profs do Centro Escolar e IPSS, EPC do Concelho de Ourique	13:00h-15:00h
Mesa n.º 18 B	Educ e Profs do AE n.º 2 de Serpa	09:30h-10:30h
EB2,3 de V. N. S. Bento		
Mesa n.º 19 B	Educ e Profs da EB Abade Correia da Serra	10:00-11:00h
EB Abade Correia da Serra	Educ e Profs do Centro Escolar de Serpa Professores da EPDR de Serpa Educ e Profs das IPSS, EPC do Concelho de Serpa	
Mesa n.º 20 B	Educ e Profs da Escola Básica de Pias	12:30h-13:30h
EB de Pias		
Mesa n.º 21 B	Educ e Profs do AE de Vidigueira	10:00h-11:00h
EBI/JI de Vidigueira	Profs da Escola Profissional de Vidigueira Educ e Profs das IPSS, EPC do Concelho de Vidigueira	

Distrito de Faro

Mesa nº 1 - Sede do SPZS - Av. Condes de Vilalva, 257 - 7004-097 Évora

Votos por correspondência dos 4 distritos do SPZS - Beja, Évora, Faro, Portalegre

Mesa	Quem vota	Horário
Mesa nº 2-F SPZS-FARO	Aposentados, IPSS, Particular e Cooperativo e não colocados residentes nos Concelhos de Alcoutim, V.R.S.A., Tavira, Castro Marim, Olhão, S. Bras de Alportel, Faro, Loulé, Albufeira e fora do distrito; Docentes em Mobilidade Especial; Licença s/Vencimento; Destacados em Instituições Públicas e Privadas; Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve e Docentes colocados fora de zona	9:00-19:00
Mesa nº 3-F SPZS-PORTIMÃO	Aposentados, IPSS, Particular e Cooperativo, não colocados residentes nos Concelhos de Silves, Lagoa, Portimão, Monchique, Lagos, Aljezur e Vila do Bispo e Docentes da Câmara Municipal de Portimão	9:00-19:00
Mesa nº 4-F ES Albufeira, Albufeira	AE Escolas Albufeira Poente	11:15-12:00
Mesa nº 5-F EB Ferreiras, Albufeira	EB Ferreiras, EB Profª Diamantina Negrão, EB dos Brejos, EB das Fontainhas, EB de Olhos D'Água, EBI JI de Vale Carro, EB Ferreiras, JI Vale Serves, EB/JI Ferreiras	10:30 - 11:00
Mesa nº 6-F EB de Paderne, Albufeira	EB Paderne, JI e EB de Paderne e Cerro do Ouro.	10:15-10:30
Mesa nº 7-F EBS de Albufeira, Albufeira	EBSAlbufeira e Docentes da Câmara Municipal de Albufeira	09:30-12:00
Mesa nº 8-F EB Francisco Cabrita, Albufeira	EB Francisco Cabrita, EB de Correira e EB de Vale Pedras	10:00-10:20
Mesa nº 9-F EB Caliços, Albufeira	EB Caliços	13:00-14:00
Mesa nº 10-F Martim Longo, Alcoutim	Agrupamento de Martim Longo e docentes da Câmara Municipal de Alcoutim	10:30-11:00
Mesa nº 11-F EB de Aljezur, Aljezur	Agrupamento de Escolas Pro. Piedade Matoso, Aljezur	10:10 - 10:25
Mesa nº 12-F EB de Castro Marim, Castro Marim	Agrupamento de Castro Marim e Docentes da Câmara Municipal de Castro Marim	10:00 - 12:00
Mesa nº 13-F EB D. Afonso III, Faro	EB D. Afonso III e EB de Alto Rodes	10:20-14:45
Mesa nº 14-F EB/JI do Carmo, Faro	EB/JI do Carmo	11:00-11.30
Mesa nº 15-F ES João de Deus, Faro	Escola Secundária João de Deus	08:30-10:35
Mesa nº 16-F EB de Santo António, Faro	EB Stº António, EB Areal Gordo e EB Ferradeira	10:15-10:35
Mesa nº 17-F EB da Penha (nº 4), Faro	EB da Penha (nº 4)	10:30-11:30
Mesa nº 18-F EB de Montenegro, Faro	Agrupamento de Escolas de Montenegro	10.00-14.00
Mesa nº 19-F ES Tomás Cabreira, Faro	Escola Secundária Tomás Cabreira	09:50-11:50
Mesa nº 20-F EB Dr. Joaquim Magalhães, Faro	EB Dr. Joaquim Magalhães	09:50-10:05
Mesa nº 21-F EB de S. Luís, Faro	EB de S. Luís	10:30-11:00
Mesa nº 22-F EB de Bom João, Faro	EB de Bom João	09:00-10:30
Mesa nº 23-F ES Pinheiro e Rosa, Faro	Escola Secundária Pinheiro e Rosa	09:30-10:30
Mesa nº 24-F EB Dr. José de Jesus Neves Júnior, Faro	EB Dr. Neves Júnior	09:50:13:30
Mesa nº 25-F EB Poeta Emiliano da Costa, Estoi, Faro	EB Poeta Emiliano da Costa, EB1 de Estoi, EB de Bordeira, JI e EB da Conceição, JI e EB Stª Bárbara de Nexe	09:30-10:30
Mesa nº 26-F EB nº 5 de Vale Carneiros, Faro	EB de Vale de Carneiros	10:30-11:00
Mesa nº 27-F EB/JI da Lejana, Faro	EB/JI da Lejana	10:00-10:45
Mesa nº 28-F EB Rio Arade, Lagoa	EB Rio Arade, EB Parchal e JI nº 2 do Parchal	10:20-10:35
Mesa nº 29-F EB Professor João Cónim, Lagoa	EB Prof. João Cónim	10:20-10:35
Mesa nº 30-F EB de Estômbar, Lagoa	EB de Estômbar e JI de Estômbar	11:00-11:10
Mesa nº 31-F EB Ferragudo, Lagoa	EB Ferragudo	12:00-12:30

Mesa	Quem vota	Horário
Mesa n.º 32-F EB Mexilhoeira da Carregação, Lagoa	EB Mexilhoeira da Carregação	13:30-14:00
Mesa n.º 33-F ES Padre António Martins de Oliveira, Lagoa	ES Padre António Martins de Oliveira	15:00-16:00
Mesa n.º 34-F EB Jacinto Correia, Lagoa	EB Jacinto Correia	10:20-10:35
Mesa n.º 35-F EB de Lagoa, Lagoa	EB de Lagoa, EB de Carvoeiro, EB de Porches e JI de Carvoeiro	11:00-11:30
Mesa n.º 36-F ES Júlio Dantas, Lagos	ES Júlio Dantas, EB da Luz e docentes da Câmara Municipal de Lagos	15:00-17:30
Mesa n.º 37-F EB Tecnopolis, Lagos	EB Tecnopolis	09:50 - 11:45
Mesa n.º 38-F EB N.º 1 de Lagos, Lagos	EB N.º 1 de Lagos	11:00-11:30
Mesa n.º 39-F EB Sta. Maria, Lagos	EB Sta. Maria	08:50-09:10
Mesa n.º 40-F ES Gil Eanes, Lagos	ES Gil Eanes	13:00-14:00
Mesa n.º 41-F EB das Naus, Lagos	EB das Naus; EB de Bensafrim, EB de Chinicato, EB de Odiáxere	10:15-11:30
Mesa n.º 42-F EB de Ameijeira, Lagos	EB de Ameijeira	14:30-15:30
Mesa n.º 43-F EB Sophia de Mello Breyner Andersen, Lagos	EB Sophia de Mello Breyner Andersen	10:00-11:30
Mesa n.º 44-F Conservatório de Música de Loulé- Francisco Rosado, Loulé	Conservatório de Música de Loulé- Francisco Rosado	09:00-13:00
Mesa n.º 45-F EB Dr. António de Sousa Agostinho, Almancil, Loulé	Agrupamento de Escolas de Almancil	10:00-13:00
Mesa n.º 46-F EB Eng.º Duarte Pacheco, Loulé	EB Eng.º Duarte Pacheco, EB Benfarras, EB Estação; EB Gilvrasino, EB Mãe Soberana, EB Hortas Stº António e JI Mira Serra	10:00-12:30
Mesa n.º 47-F EB Prof. Dr. Aníbal Cavaco Silva, Boliquireime, Loulé	EBI /JI Prof. Dr. A. Cavaco Silva, EB Vale Silves, EB Vale Judeu e JI da Patã	10:05-10:20
Mesa n.º 48-F ES Drª Laura Ayres, Quarteira, Loulé	Agrupamento Drª Laura Ayres	12:30-13:20
Mesa n.º 49-F EB 2/3 D. Dinis, Quarteira, Loulé	Agrupamento D. Dinis	10:00-13:00
Mesa n.º 50-F EB Padre J. Coelho Cabanita, Loulé	EB Padre J. Coelho Cabanita, EB n.º 1 Areeiro, EB n.º 3 Loulé, EB n.º 4 Loulé, EB Vale de Rãs, EB Clareanes e Docentes da Câmara Municipal de Loulé	10:30-15:00
Mesa n.º 51-F EB Professor Sebastião José Pires Teixeira, Sali, Loulé	EB/JI Professor Sebastião José Pires Teixeira, EB de Alte, EB de Querença, EB de Tor, EB Benafim e EB Cortelha	10:00-13:00
Mesa n.º 52-F ES de Loulé, Loulé	Escola Secundária de Loulé	10:30-14:30
Mesa n.º 53-F EB Manuel do Nascimento, Monchique	Agrupamento de Escolas de Monchique	09:20-10:45
Mesa n.º 54-F EB 2/3 Prof. Paula Nogueira, Olhão	EB Prof. Paula Nogueira, EB Brancanes, EB n.º 5, EB de Quelfes; EB de Pechão e JI de Pechão	08:15-10:30
Mesa n.º 55-F EB 2/3 José Carlos da Maia, Olhão	EB José Carlos da Maia e EB n.º 7 de Olhão	10:00 - 11:00
Mesa n.º 56-F EB n.º 4 de Olhão, Olhão	EB e JI n.º 4 de Olhão	11:00-11:30
Mesa n.º 57-F EB 2/3 João da Rosa, Olhão	EB João da Rosa, EB n.º 1 Marim	10:00-10:30
Mesa n.º 58-F EB Da Cavalinha, Olhão	EB da Cavalinha	11:00-11:30
Mesa n.º 59-F EB/JI n.º 6 de Olhão, Olhão	EB e JI n.º 6 de Olhão	12:00-12:30
Mesa n.º 60-F EB 2/3 Dr. Alberto Iria, Olhão	EB Dr. Alberto Iria e Ensino Mediatizado da Ilha da Culatra	10:00-12:00
Mesa n.º 61-F EB n.º 1 de Olhão (Largo Feira), Olhão	JI e EB n.º 1 de Olhão (Largo Feira)	11:00- 12:00
Mesa n.º 62-F ES Dr. Francisco Fernandes Lopes, Olhão	Escola Secundária Dr. Francisco Fernandes Lopes	10:30-13:00
Mesa n.º 63-F EB 2/3 Dr. João Lúcio, Fuseta, Olhão	EB Dr. João Lúcio, EB Fuseta e JI Fuseta	10:30-12:30
Mesa n.º 64-F EB 2/3 Dr. António João Eusébio, Moncarapacho, Olhão	EB Dr. António João Eusébio	10:00-12:30
Mesa n.º 65-F EB Moncarapacho, Moncarapacho, Olhão	EB e JI de Moncarapacho	10:30-11:00
Mesa n.º 66-F ES Manuel Teixeira Gomes, Portimão	ES Manuel Teixeira Gomes, EB Major David Neto e JI do Fojo	15:05-15:45
Mesa n.º 67-F EB Prof. José Buisel, Portimão	EB Prof. José Buisel	10:15-10:30
Mesa n.º 68-F ES Poeta António Aleixo, Portimão	ES Poeta António Aleixo e EB1 do Pontal	15:00-16:00
Mesa n.º 69-F EB D. Martinho Castelo Branco, Portimão	EB D. Martinho Castelo Branco	10:00 - 10:15
Mesa n.º 70-F EB Nuno Mergulhão, Portimão	EB Nuno Mergulhão	10:10-10:30
Mesa n.º 71-F EB Coca Maravilhas, Portimão	EB Coca Maravilhas	15:30 - 16:00

Mesa	Quem vota	Horário
Mesa nº 72-F EB de Vendas, Portimão	EB de Vendas	10:45-11:15
Mesa nº 73-F EB Júdice Fialho, Portimão	EB Júdice Fialho	10:00-10:30
Mesa nº 74-F EB Pedra Mourinha, Portimão	EB Pedra Mourinha, EB JI Chão das Donas e JI Pedra Mourinha	15:00-16:00
Mesa nº 75-F EB D. João II, Portimão	EB D. João II, EB de Alvor, Básica e Secundária da Bemposta	10:00-10:30
Mesa nº 76-F EB José Sobral, Mexilhoeira Grande, Portimão	EB José Sobral, EB e JI de Figueira, JI de Mexilhoeira Grande, EB e JI de Montes de Alvor e JI Quatro Estradas	10:30-11:00
Mesa nº 77-F ES José Belchior Viegas, S. Brás de Alportel	ES José Belchior Viegas	10:00-13:00
Mesa nº 78-F EB Poeta Bernardo de Passos, São Brás de Alportel	Todo o Agrupamento exceto a ES José Belchior Viegas	12:00-16:00
Mesa nº 79-F EB Dr. António da Costa Contreiras, Armação de Pêra, Silves	EB Dr. António da Costa Contreiras,	09:00-10:25
Mesa nº 80-F EB 2/3 do Algoz, Silves	EB 2/3 do Algoz e EB de Tunes	12:00-13:25
Mesa nº 81-F EB nº 1 de Algoz, Silves	EB nº 1 de Algoz	15:00-15:30
Mesa nº 82-F EB de Armação de Pêra, Silves	EB de Armação de Pêra, EB Pêra, JI de Armação de Pêra, EB Alcantarilha	10:45-11:15
Mesa nº 83-F ES Silves, Silves	ES Silves e Docentes da Câmara Municipal de Silves	09:15-10:25
Mesa nº 84-F EB Dr. Garcia Domingues, Silves	EB Dr. Garcia Domingues	09:15-10:25
Mesa nº 85-F EB João de Deus, São Bartolomeu de Messines, Silves	EB João de Deus, EB de Amorosa, EB de Portela, EB de São Bartolomeu de Messines, EB S. Marcos da Serra, JI de S. Marcos da Serra e JI de S. Bartolomeu de Messines	12:00-13:20
Mesa nº 86-F EB Nº1 de Silves, Silves	EB Nº1 de Silves, EB e JI nº 2 de Silves e JI nº 1 de Silves	10:30-11:00
Mesa nº 87-F ES Dr. Jorge Augusto Correia, Tavira	ES Dr. Jorge Augusto Correia	10:30-13:00
Mesa nº 88-F EB D. Paio Peres Correia, Tavira	EB 2/3 D. Paio Peres Correia e EB Horta do Carmo	09:45-11:30
Mesa nº 89-F EB de Conceição de Tavira, Tavira	EB de Conceição de Tavira	10:00-11:00
Mesa nº 90-F EB de Cabanas de Tavira, Tavira	EB de Cabanas de Tavira	11:30-12:30
Mesa nº 91-F EB D. Manuel I, Tavira	Agrupamento D. Manuel I	10:00- 13:00
Mesa nº 92-F EB de São Vicente, Vila do Bispo	Agrupamento de Escolas de Vila do Bispo	10:05-11:00
Mesa nº 93-F E S de Vila Real de Santo António, Vila Real de Santo António	Escola Secundária de Vila Real de Santo António e Docentes da Câmara Municipal de VRSA	11:00-12:30
Mesa nº 94-F EB Infante D. Fernando, Vila Real de Santo António	EB Infante D. Fernando e EB Manuel Cabanas	10.00 - 10:30
Mesa nº 95-F EB D. José I, Vila Real de Santo António	EB D. José I, EB de Santo António, EB Prof. Caldeira Alexandre e EB António Aleixo	09:30-12:30
Mesa nº 96-F EB Monte Gordo, Vila Real de Santo António	EB Monte Gordo	10.10-10:30
Mesa nº 97-F FCHS (Edifício 1 - Gabinete 1.40 B), Faro	Universidade do ALGARVE - Campus de Gambelas	10:30-11:30
Mesa nº 98-F ESGHT (Gabinete 248), Faro	Universidade do ALGARVE - Campus da Penha	14:30-17:30

eleição para os corpos gerentes do SPZS

14 de MAIO de 2024

vota  



Mário Nogueira
Secretário-Geral da FENPROF

O movimento sindical docente, o papel dos seus quadros e a importância da sindicalização.

A formação sindical é fundamental para a preparação dos quadros, dirigentes e delegados, que são a alma de organizações cujo corpo é, inquestionavelmente, o conjunto dos associados.

Nas jornadas sindicais do SPZS fui responsável por dinamizar duas sessões. A primeira, em Faro, sobre a história do sindicalismo docente; a segunda, em Évora, sobre a importância dos quadros sindicais na vida do Sindicato.

São dois temas que se complementam, ou não tivessem sido os quadros sindicais protagonistas na criação e dinamização do movimento sindical, também no docente, mobilizando para as lutas, quando se justificam, e elaborando propostas que vão ao encontro das posições defendidas por quem representam.

Antes do 25 de Abril de 1974, os sindicatos representativos de trabalhadores da Administração Pública eram proibidos e os que existiam, para o setor privado, eram de natureza corporativa, com forte intervenção do governo fascista na sua organização e funcionamento, incluindo na indicação dos membros dos corpos sociais.

À falta de liberdade sindical, os professores constituíram Grupos de Estudo que, sob a capa de intervenção pedagógica, que tinham, lançaram as primeiras iniciativas de índole reivindicativa. Foram, por isso, proibidos em 1974, dois meses antes do 25 de Abril.

Restituída a democracia, constituíram-se os sindicatos de professores, por região e intersectoriais. Rapidamente se manifestaram perspectivas distintas sobre a intervenção sindical: uma, orientada para a defesa inequívoca dos direitos dos professores, aliando o protesto à pro-

posta e mobilizando os professores para se envolverem na ação reivindicativa; outra, assente no chamado sindicalismo de gabinete, predisposta a aceitar, com retoques, as propostas dos governantes, mesmo as que, claramente, lesavam os direitos dos docentes.

Aquelas duas correntes deram origem às duas principais organizações, a FENPROF, que contou com o SPZS na sua constituição; a FNE, com sede no Porto e, inicialmente, sem expressão em Lisboa, no sul e nas regiões autónomas.

A FENPROF desde logo se afirmou como maior e mais representativa organização sindical de docentes, o que significa que os professores, independentemente das suas opções em outros domínios da vida, souberam distinguir a natureza das duas organizações. Optaram, maioritariamente, pela que melhor defende os seus direitos e tem maior presença nos locais de trabalho, não para vender seguros ou promover acordos lesivos, mas para informar, esclarecer, recolher contributos, apresentar propostas e mobilizar para as lutas, sempre que estas se tornam necessárias.

Também em relação ao sistema educativo, de uma forma mais geral, há posições bem distintas sobre, por exemplo, a gestão das escolas, o processo de municipalização, a privatização do ensino, através do recurso a contratos de associação desnecessários, ou a situação dos docentes do ensino particular e cooperativo. Estes são assuntos que também distinguem as duas federações. A FENPROF defende a democratização da gestão, a reversão da municipalização, a aposta inequívoca e o correspondente investimento na Escola Pública e um tratamento igual dos docentes, sejam do público ou do privado; já a

FNE não se demarca do atual regime de gestão, da transferência de competências para os municípios, não acompanhou as campanhas, em 2016, em defesa das escolas públicas e assinou um contrato coletivo de trabalho para os docentes do ensino privado extremamente lesivo dos seus interesses, condicionando a negociação de um estatuto decente para estes profissionais.

Surgiram, ainda, outras organizações, de menor dimensão, o que se traduziu num quadro de pulverização que nem sempre é benéfico para a ação, embora a FENPROF tenha conseguido, em momentos mais importantes da ação reivindicativa, unir todas em torno de posições convergentes.

Nas escolas, a vida sindical não se anima simplesmente com papeis, e-mails ou meia dúzia de bocas nas redes sociais. É necessária a presença dos dirigentes e delegados sindicais, sendo este o seu primeiro e principal papel: estar com os professores e dinamizar a vida sindical nas escolas.

Aos dirigentes e delegados compete ouvir os professores e levar as suas aspirações e propostas à direção sindical, ao mesmo tempo que são fundamentais no esclarecimento dos professores e na sua mobilização para as ações e lutas que se desenvolvem.

Os dirigentes e delegados sindicais são professores como os outros, que dedicam parte do seu tempo a uma atividade que também constitui uma vertente da profissão: a atividade sindical.

Num tempo com mudanças anunciadas que contrariam a promoção de uma Escola Pública forte, capaz de responder às necessidades de todos e de cada um; num tempo em que a desvalorização da profissão tem afastado milhares de jovens professores e levado os adolescentes a não optarem pelos cursos de formação de professores... a defesa de uma profissão valorizada, nos planos social e material, passa pelo reforço dos sindicatos de professores, em particular dos que não abdicam dos princípios e agem com coerência e determinação.

É neste tempo, difícil e complexo, que ganha maior importância uma organização como a FENPROF que no Alentejo e no Algarve é representada pelo SPZS. Que ganha ainda maior importância o papel dos delegados e dos dirigentes sindicais. Que se torna determinante o reforço da ação e das organizações sindicais, o que implica o reforço da sindicalização, ato solidário de intervenção de toda uma classe profissional.

JORNADAS SINDICAIS

2024



O tema desta sessão referiu-se à história do movimento sindical docente português e, concretamente os Grupos de Estudo existentes no período anterior ao 25 de Abril. Cujá sùmula, é sucintamente descrita neste pequeno texto.

Começamos pela criação da primeira organização de professores portugueses, que é encontrada por Rogério Fernandes em 31 de Outubro de 1813 - chamava-se O Monte-Pio Leterário. Tratava-se de uma organização de carácter essencialmente mutualista mas que mesmo assim merecia forte desconfiança do poder.

Com a Revolução Liberal de 1820 são criadas outras associações de professores: a Associação de Professores em 1854; a Associação de Professores de Instrução Primária de Lisboa em 1880; a Associação de Socorros Mútuos do Corpo Docente Primário Português em 1897. A característica mutualista mantém-se mas, por exemplo os estatutos da Associação de Professores vão um pouco mais longe afirmando que os seus objectivos eram também “promover o bem estar dos sócios e difundir e melhorar a educação pública”. Em 1886 um dirigente da Associação de Professores de Instrução Primária de Lisboa escrevia no jornal “A Federação Escolar” - “Nós mostraremos que o professor não é tão pequeno que não possa levantar-se frente ao poder instituído e dizer-lhe solenemente: se quereis trabalho, se quereis instrução, pagai-nos convenientemente”

Em Abril de 1897 o congresso promovido pela Associação de Socorros Mútuos do Corpo Docente Primário Português e que foi presidido por Bernardino Machado dirige ao Governo um documento onde se reclamavam melhores vencimentos, pagamento das rendas de casa, melhoria nos edifícios escolares, casas para os professores.

A ditadura de João Franco fez recuar direitos dos professores. São retirados os subsídios de residência, abolidas as gratificações por exames e é decidido um aumento ridículo de um pataco por dia (o que fez com a reforma ficasse conhecida entre os professores por “reforma pataqueira ou reforma do pataco”). São proibidos os congressos que não tenham exclusivamente por objecto questões pedagógicas e ainda assim com o programa dos congressos a ser objecto de apreciação e autorização prévia do governo.

Em Março de 1907 é criada oficialmente a Liga estruturada com Centros Escolares de base concelhia, Juntas Escolares por cada circunscrição (próxima dos actuais distritos) e um Conselho Directivo Nacional, com três membros de cada

circunscrição. Gomes Bento (O Movimento Sindical dos Professores - Finais da Monarquia e I República) diz que com a criação da Liga se “abandonou definitivamente a natureza mutualista” do movimento dos professores. Refere, “Os professores iam iniciar um caminho que em breve os levaria a um sindicalismo de classe com pontos de contacto com o sindicalismo operário, o que vem a acontecer em 1918, não sem contradições no seio do professorado”.

A primeira organização de professores do ensino secundário nasce apenas em 1904 numa reunião no Liceu Central de Lisboa. É a Associação do Magistério Secundário Oficial. Os seus objectivos, já influenciados pela existência da Liga Nacional do Professorado Primário Português, nada tinham a ver com o carácter mutualista das primeiras organizações de profes-



Francisco Almeida
Membro do Secretariado
Nacional da FENPROF

sores. Nas reivindicações da Associação contava-se por exemplo a exigência de que os reitores fossem eleitos como acontecia até 1895.

Estamos chegados ao período republicano. A primeira iniciativa organizativa dos professores nasce no Porto com a criação em 1911 do Sindicato dos Professores Primários de Portugal. Em 1912 dos 6.000 professores do ensino primário existentes o sindicato agrupava 1.000. Os sectores mais conservadores permaneceram na Liga criada em 1905 e combateram o sindicato levantando mesmo o problema político-religioso afirmando no jornal Educação Nacional “São associações hostis ao catolicismo e o seu fim é defender e espalhar o chamado ensino laico”.

Com as políticas da República já em descrédito, com a greve geral promovida pelo movimento operário em Novembro de 1919 (em que os professores ainda não participaram) o grande debate estava centrado na convergência da luta dos professores com os outros trabalhadores e a sua participação na Confederação Geral do Trabalho (a primeira central sindical portuguesa), que nunca chegou a acontecer.

A União e os professores do ensino primário aderem à greve geral do funcionalismo público que durou de 4 a 10 de Março de 1920 - foi a primeira greve dos professores portugueses.

Com o fascismo, começou-se a publicar legislação repressiva e de retrocessos enormes na educação. Em 1 de Julho de 1927, os salários foram reduzidos em 20%. O tempo entre cada diuturnidade aumenta. O horário de trabalho semanal passa para 24 horas, e o número de alunos por turma aumenta. Aumentam também as propinas para frequência dos liceus.

Com data de 23 de Setembro de 1933, o Decreto nº 23048, no seu artigo 39º proíbe a existência de qualquer associação de funcionários públicos. A Associação dos Professores Liceais a União do Professorado Primário Oficial Português e Associação dos Professores de Portugal são extintas.

Helena Pato localiza o reinício do movimento dos professores em 1969 com o II Congresso Republicano, em Aveiro, no trabalho da CDE e do PCP no âmbito da preparação das eleições ... aquela espécie de eleições.

Em 1970 é criada uma organização clandestina dos trabalhadores - a Intersindical Nacional.

A situação dos professores do ensino preparatório e secundário era dramática - 80% eram provisórios ou eventuais. O que, entre outras coisas, queria dizer que nas chamadas férias grandes não tinham salário.

Todos os autores são unânimes em afirmar que radicou nesta extrema exploração o processo que levou à criação dos Grupos de Estudo.

(...)

Jornadas Sindicais

Ao contrário do que possa parecer pela profusão de grupos e de iniciativas de organização *ad hoc* nas redes sociais, na verdade, quando as coisas “doem”, é nos locais de trabalho que a organização do debate, do esclarecimento, do apoio e da luta ocorre.

É fácil, aproveitando o domínio tecnológico que uns mais do que outros têm do espaço da internet, transmitir uma mensagem, distorcer uma realidade, influenciar com um discurso mais ou menos populista e, aproveitando a insatisfação de uma imensa massa de professores, criar a ilusão de que é ali que está a solução para todos os problemas. **Se é verdade que há gente séria a trabalhar nesse plano, esse espaço é veículo privilegiado para semear a confusão, promover a revolta dirigida aos alvos errados e fragilizar a ação coletiva.**

Foi assim que, de forma mais ou menos evidente, após a pandemia e recentemente com as eleições legislativas, grupos radicais e populistas (ou mesmo da direita dita moderada) se aproveitaram, num caso cavalgando a insatisfação que se vive nas escolas com a inércia dos governos, noutra dando a ideia de que era à direita que estava a solução para todos os males do mundo, fazendo passar uma imagem que é distorcida dos seus verdadeiros objetivos.

Por estes motivos, e porque temos consciência de que é nas escolas que se centra a vida dos professores, onde surge a maioria dos conflitos, onde os professores sentem mais claramente a necessidade de reforço da sua unidade e onde, através da discussão séria é possível encontrar muitas soluções para diversos problemas, o trabalho sindical nos locais de trabalho assume uma importância fundamental.

A recente realização de Jornadas Sindicais, organizadas pela Direção do SPZS, onde tive a honra e o proveito de participar, foram excelentes momentos de partilha sobre esta temática, assumindo a formação sindical como imprescindível para que o Sindicato seja mais forte.

Os quadros sindicais e a circulação de informação

Como temos referido, “são os quadros sindicais, em exercício de funções nas escolas, instituições de ensino superior, jardins de infância e centros de investigação que podem conhecer melhor os problemas aí existentes, que na maioria dos casos têm origem nas políticas adotadas pelos governos”, mas que também ocorrem em função de decisões locais que podem ser combatidas ou evitadas, intervindo cirurgicamente. Daí que a existência de delegados sindicais em todos os núcleos é uma

tarefa central. Esta intervenção cirúrgica só pode acontecer se os quadros sindicais, com as suas dificuldades e, muitas vezes, inexperiência, não recearem questionar, sugerir e exigir outros caminhos.

O estilo de trabalho dos dirigentes, dos delegados e de todos quantos se queiram assumir como ativistas sindicais deve respeitar os princípios fundamentais da ação e organização das suas organizações sindicais congregadas na FENPROF - unidade, democracia e independência. Desta forma, os docentes e investigadores sentirão a importância de manter esta ligação e de encontrarem disponibilidades para o apoio, aconselhamento e para eles próprios poderem intervir na procura de soluções para os desafios que se nos colocam em cada momento.

O papel dos quadros sindicais na circulação da informação é por isso essencial.

investigadores, esclarecendo, alertando e mobilizando para a ação local e a luta coletiva.

É necessário prepararmo-nos e participarmos nas reuniões e plenários convocados em cada momento, salientarmos textos e documentos disponíveis na imprensa sindical, procurarmos manter vivo e atualizado o placard sindical nos locais de trabalho, não fugirmos à oportunidade de manter o contacto direto e personalizado com os nossos colegas.

Deste modo, mantendo esta ligação, o reforço sindical continuará a ser uma realidade e a nossa capacidade de intervenção aumentará. O conhecimento que se obtém através do trabalho sindical proporciona informação e conhecimento que ajudam a ter uma intervenção especialmente válida na atividade normal nas escolas, jardins de infância, departamentos e centros de



Luís Lobo
Membro do Secretariado
Nacional da FENPROF

Informação e comunicação

A Escola é o local da ação sindical

Comunicar (“pôr em comum” ou “ter em comum”) é o processo central da ação sindical enquanto instrumento imprescindível para alterar e transformar politicamente as condições de vida e de trabalho, com a perspetiva de efetivar os direitos liberdades e garantias constitucionalmente consagrados.

O trabalho do ativista sindical é essencialmente um trabalho de relações públicas - comunicando, ouvindo, discutindo, propondo e unindo vontades em torno dos objetivos que são comuns.

Momento complexo que vivemos e reforço da organização

Não ignoremos que o crescimento eleitoral da direita nos coloca um conjunto singular de desafios - perante o anunciado ataque ao Portugal de Abril -, e que, por essa razão, é necessário assumirmos a tarefa fundamental de pensar e repensar as formas de contacto com os docentes e

investigação e de ciência. Esta valorização aumenta a confiança dos docentes e investigadores e o prestígio e a força dos seus Sindicatos e da FENPROF.

A intervenção sindical a nível profissional e pedagógico, na definição da política educativa, formativa e de investigação científica, na construção de uma escola de sucesso deve ser do conhecimento dos trabalhadores que representamos.

Só assim teremos o Sindicato presente, em permanente contacto profissional com capacidade de adaptação da estratégia e das ações de luta às condições muito diversas dos locais de trabalho e às respostas que teremos de dar em cada momento.

Só assim seremos capazes de ser A FORÇA DE ESTARMOS UNIDOS!

JORNADAS SINDICAIS

2024

Pedro Tadeu
Jornalista



Como garantir acesso a informação de qualidade?

Temos uma comunicação social em Portugal que, como negócio isolado, tem resultados financeiros muito pobres, com prejuízos enormes para o capital real investido em cada empresa ou com resultados positivos alavancados por um excesso de dívida à banca, que a torna muito dependente do poder e dos interesses dos grandes grupos financeiros.

Quase todas estas empresas integraram nas duas últimas décadas, nos seus planos de gestão anual, o objetivo de redução paulatina de uma percentagem de pessoal. Outras avançaram mesmo para o despedimento coletivo, preferindo enfrentar os custos reputacionais e de redução de clientes que uma medida dessas sempre traz.

E quando constatamos que personagens como Donald Trump, Jair Bolsonaro, Javier Milei ou André Ventura não precisaram de especial simpatia da comunicação social tradicional para chegarem ao poder, temos de admitir que o interesse do capital pela posse de meios de comunicação social tradicionais ainda pode ser significativa nos dias de hoje, mas, paulatinamente, vai diminuindo à medida que a relevância dos meios tradicionais se vai desvanecendo para o poder dos meios que controlam as redes sociais, que servem claramente e com eficácia o essencial dos seus propósitos. **Nesse sentido os jornais só passam a interessar ao capital na medida em que consigam influenciar as redes sociais - e é essa batalha que estamos a ver ser travada e é essa batalha, na qual a verdadeira informação parece não ter relevância, que passa à margem dos jornalistas.**

Face à incapacidade crónica e generalizada da comunicação social privada, sobretudo no domínio da imprensa, em assegurar, há mais de duas décadas, a viabilidade económica dos seus projetos, há uma necessidade nacional nova a preencher para garantir que os portugueses não são afastados, na prática, de um acesso ao básico direito à informação constitucionalmente consagrado.

A imprensa privada portuguesa não consegue, neste momento, garantir acesso generalizado a uma informação com qualidade e diversidade.

A imprensa privada portuguesa não consegue garantir uma cobertura noticiosa e diversificada de todo o país, a não ser em matérias de crimes, acidentes e tragédias.

A imprensa privada portuguesa não consegue garantir uma informação qualificada, rica e independente sobre a atividade de vários parceiros sociais, das universidades, dos sindicatos, das associações culturais, desportivas, políticas, e outras que mobilizam milhões de portugueses e são ignoradas na maioria dos jornais e nos respetivos sites.

A imprensa privada portuguesa não cobre com qualidade o noticiário de um grande número de países de língua portuguesa, nem das comunidades portuguesas radicadas no estrangeiro, nem das comunidades imigrantes em Portugal.

A imprensa privada portuguesa não cobre diariamente e sistematicamente o noticiário interno relevante dos países da União Europeia mais importantes para a sociedade e para a economia de Portugal como a Alemanha, França, Espanha, focando-se quase sempre na reprodução sem contraditório das decisões das cúpulas institucionais da União Europeia e dando mais noticiário norte-americano do que o dos países europeus.

A imprensa privada portuguesa não tem um papel relevante na defesa e promoção da língua portuguesa.

A imprensa privada portuguesa não consegue ser equilibrada do ponto de vista ideológico, nem representativa das várias tendências políticas e culturais da sociedade.

A imprensa privada portuguesa, seja por opção, seja pelas dificuldades que atravessa, está a perder alguns referenciais éticos que precisam de ter um contraponto diário e permanente, com expressão pública relevante.

A imprensa privada não consegue libertar-se da dependência da banca, do setor financeiro e dos grandes anunciantes, o que limita a sua independência editorial.

A imprensa privada portuguesa não consegue garantir, de forma crónica, apesar do esforço das suas redações, uma participação própria nas redes sociais que seja um eficaz referencial contra proliferação do boato, das campanhas de ódio e da desinformação.

A imprensa privada não consegue evitar a discriminação inconstitucional de opiniões minoritárias, afastadas do noticiário equilibrado a coberto da defesa contra as chamadas “fake news”.

A imprensa privada portuguesa não consegue, cronicamente, garantir postos de trabalho, salários e contratos equilibrados entre as várias profissões e as várias funções envolvidas no jornalismo, com muitos contratos e salários degradados e alguns exageradamente inflacionados.

Face a todas estas insuficiências da imprensa privada, que não parecem ter resolução viável no curto e médio prazo, julgo que, sem deixar de olhar e de reconfigurar o papel da RTP e da Lusa, nem para o respetivo envolvimento no projeto de um serviço público de informação, definindo-lhes novos objetivos e missões, penso que, mesmo se como medida transitória até um novo quadro socio-económico se desenhar, se deveria começara a debater a ideia da criação de um jornal diário de serviço público, com modelo de financiamento alternativo, em formatos de papel e digital, que não roubando espaço publicitário aos privados - sem essa concessão, penso ser impossível o projeto ter pés para andar - possa cumprir uma carta de missão que diminua as lacunas estruturais da imprensa portuguesa e garanta a todos os cidadãos o acesso a uma informação de qualidade.



O direito à proteção na saúde no dealbar dos 50 anos do 25 de Abril

Privados arrecadam mais de 63% das despesas totais anuais em saúde

No âmbito das Jornadas Sindicais do SPZS, fui convidado para ajudar a construir uma reflexão sobre «A conquista e o direito à proteção na saúde», com especial incidência para a ADSE (um direito dos trabalhadores da Administração Pública), mas também sobre o Serviço Nacional de Saúde e o crescimento agressivo da medicina privada. A Jornada decorreu no passado dia 16 de fevereiro, na Biblioteca Municipal de Beja, e foi muito participada.

O título principal deste pequeno texto procura mostrar o cerco atual a uma das maiores conquistas, porventura a maior, do 25 de Abril: o Serviço Nacional de Saúde. E esta situação, de uma gravidade evidente, condiciona de uma forma brutal o acesso universal aos cuidados de saúde que, de «gratuito», já tinha passado a «tendencialmente gratuito» após a revisão constitucional de 1989.

Os dados consolidados mais recentes do INE, relativos a 2022, retirados da Conta Satélite da Saúde, apontam para uma despesa corrente total em saúde no país, em 2021, na ordem dos 23,7 mil milhões de euros. **Sem contar com os medicamentos, que adquire integralmente a empresas privadas, o SNS gastou nesse ano 2021 mais de 6,2 mil milhões de euros em aquisição de serviços ao setor privado da saúde. Ou seja, quase metade do orçamento do Ministério da Saúde nesse ano.** Quanto às famílias em geral, pagaram do seu próprio bolso 6,8 mil milhões ao sector privado, valor ao qual se deve acrescentar 1,3 mil milhões em

subsistemas privados e seguros privados. Já a ADSE e os outros subsistemas públicos entregaram aos privados 660 milhões de euros nesse mesmo ano de 2021.

Entre outras conclusões possíveis da leitura destes dados há duas que saltam à vista:

a) A falta de investimento no SNS, e a ausência de revalorização das carreiras dos seus trabalhadores, torna-o presa fácil do setor privado da saúde ao mesmo tempo que deixa a população sem resposta adequada;

b) Ao contrário de algumas teses de comentadores que deambulam entre o PS e o PSD, está muito longe de ser a ADSE a alimentar o crescimento do privado.

O Estado Português é, de muito longe, o maior empregador do país. Todos os seus trabalhadores são cidadãos como quaisquer outros, e têm os mesmos direitos e deveres que todos os outros cidadãos. Mas o Estado Português é o seu patrão, o maior do país. **E nessa qualidade, o Estado tem de respeitar os direitos dos seus trabalhadores. Um deles é a ADSE.** E, neste campo, como em muitos outros, o Estado não está a respeitar os direitos de quem para ele trabalha. Ao contrário do que se passou, por exemplo, com a Caixa Geral de Depósitos, o patrão-estado deixou de contribuir para o sistema público de saúde (ADSE e os outros subsistemas) por exigência da Troika, em parte, e por determinação férrea do Governo de Passos Coelho em grande medida.



António Nabarrete
Dirigente do SPGL

É esta situação que é preciso reverter, tal como já foram revertidas, através da luta sindical, muitas outras.

O foco tem de ser colocado na responsabilidade do Estado-patrão perante um direito dos seus trabalhadores. A luta deve centrar-se no essencial: à progressiva redução da comparticipação dos trabalhadores da Administração Pública, que atualmente é de 3,5% sobre 14 meses, deve corresponder igual esforço financeiro do Estado para garantir a sustentabilidade do subsistema.



JORNADAS SINDICAIS

2024



Ao longo das últimas décadas, especialmente desde o legado de Maria de Lurdes Rodrigues enquanto Ministra da Educação do Governo de maioria absoluta de PS/Sócrates, tem sido alimentada a ideia retrógrada de que existe um antagonismo entre a qualidade da escola pública e os direitos dos professores enquanto profissionais. Desde então, por sucessivos governos, têm sido responsabilizados os professores pelas diversas insuficiências da escola pública, num contexto em que a escola e o sistema educativo são confrontados com cada vez mais tarefas e missões, enquanto se desarticulam os direitos, os horários e os salários dos pais.

Numa sociedade que se vê em retrocesso social e económico, a escola tem vindo a ser carregada com missões cada vez mais exigentes e que ultrapassam em muitos casos o processo de ensino e aprendizagem. Ao mesmo tempo, o professor tem vindo a ser sobrecarregado com cada vez mais tarefas alheias ao ensino, particularmente no campo da burocracia, que lhe consomem o tempo e as capacidades, retirando espaço para o verdadeiro desígnio da profissão.

Os obstáculos a uma escola pública de qualidade são muitos, e nem todos se podem colocar na esfera específica dos direitos laborais dos professores, mas os professores confrontam-se com uma grande parte deles. A gestão autocrática das escolas, os mega-agrupamentos, os processos de “avaliação” de desempenho, a carga horária, a contagem do tempo de serviço, a valorização salarial, a ausência de recursos representam um conjunto de problemas que se colocam aos professores, mas que resultam em problemas concretos para a própria escola pública.

O projeto que está em marcha, quer seja pela mão de PS, PSD, com ou sem o CDS, concebe a escola pública como uma instituição empobrecida que visa no essencial preparar cidadãos para o desempenho de tarefas, mas nunca para as abordar criticamente, ou seja, cida-

dãos para saber cumprir ordens sem a questionar e sem ser capazes de intervir criativamente no processo produtivo, na sociedade, na política, na economia e na cultura.

A escola pública abandona a sua componente de instituição para a elevação da consciência, do conhecimento e das competências dos cidadãos, a sua dimensão

identificando os seus responsáveis. **As conquistas de abril, a democracia, assentam especialmente sobre o sistema de ensino, sobre a escola da república, laica e democrática, capaz de funcionar como elemento neutralizador das assimetrias pré-existentes.** Ao contrário, a escola pública tem sido convertida num sistema reprodutor dessas assimetrias, num rumo



Miguel Tiago
Geólogo, ex deputado na AR

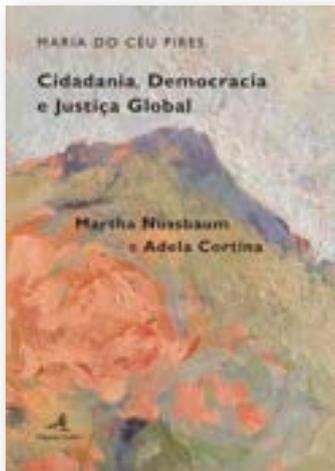
de fator de formação da cultura integral dos indivíduos e transforma-se, cada vez mais, num depósito de crianças e jovens com uma componente de formação profissional. Ao mesmo tempo, privatiza-se a educação por omissão de resposta pública e pela degradação em geral da qualidade dos estabelecimentos públicos, com a exceção das “ilhas de excelência” que ficam reservadas para as elites e seus filhos nos bairros mais ricos das cidades.

As jornadas sindicais do SPZS, no ano do 50.º aniversário do 25 de abril de 1974, assinalaram estes problemas e encontraram ou procuraram as formas de os ultrapassar,

de colisão clara com os objetivos de abril e da Constituição da República Portuguesa e com os direitos dos professores.

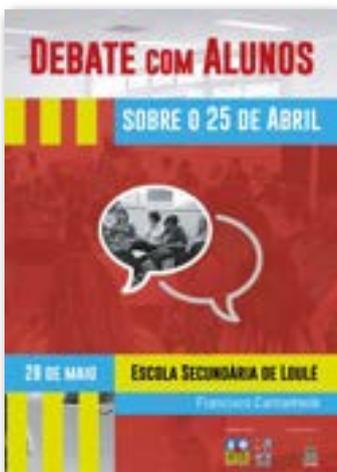
Aqui chegados, nos 50 anos da revolução e, à data da produção deste texto, já com o Governo PSD/CDS, somos convocados a defender os direitos dos professores como fator fundamental da defesa e valorização da escola pública de abril, como questões indissociáveis e interdependentes: não pode haver escola pública de qualidade sem professores respeitados e os professores nunca serão respeitados sem uma escola pública de qualidade.

Agenda



**21 de maio | 16:30H
em Évora**

Apresentação do livro Cidadania, Democracia e Justiça Global de Maria do Céu Pires, Professora de Filosofia na Escola Secundária Rainha Santa Isabel
Na Escola Secundária Severim Faria - Sala dos Atos



**28 de maio | 17:00H
em Loulé**

Debate com alunos na Escola Secundária de Loulé, com a participação de Francisco Cantanhede



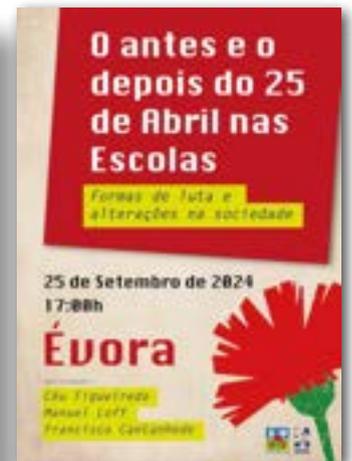
25 de maio | 17:00H em Évora

Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril em Évora, com concertos, poesia, tasquinhas e intervenção sindical



**17 de Outubro
em Portalegre**

Debate sobre o tema “ O que o 25 de Abril significa para os jovens”, na ESECS - IPP



**25 de setembro
17:00H em Évora**

Sessão presencial e online sobre o tema: O antes e o depois do 25 de Abril - formas de luta e alterações na sociedade, com a participação de Céu Figueiredo, Manuel Loff e Francisco Cantanhede



**24 de outubro
17:00H em Faro**

Sessão aberta à comunidade sobre a construção do sindicalismo docente, com a participação de Mário Nogueira, Manuel Nobre, Maria Manuel Ricardo e Tiago Oliveira

Ser sócio do SPZS é mais seguro e tem muitas vantagens!



O Sindicato dos Professores da Zona Sul e os sindicatos da FENPROF celebraram protocolos com diversas empresas/entidades, colocando à disposição dos seus associados uma série de descontos em bens e serviços essenciais, que em breve poderão aceder através da página do SPZS e da FENPROF.

Associando a sua importância política com a procura de melhores condições para os seus associados, um sem fim de apoios tornarão a nossa vida muito mais fácil, minorando os efeitos económicos das más políticas e mantendo a fidelização dos sócios, conquistando outros, para os sindicatos que fazem, todos os dias, história neste país, ajudando e cimentando a democracia e os seus efeitos mais positivos.

Na defesa intransigente dos direitos dos docentes e investigadores, lutamos por melhores condições de vida e de trabalho.

SINDICATA LIZA-TE!

num sindicato **forte**
e **interventivo**

www.spzs.pt



Apoio jurídico
Formação certificada gratuita
Protocolos e benefícios para os sócios
Quota dedutível no IRS
Delegações em todos distritos - Alentejo e Algarve



Sindicato dos
Professores
da Zona Sul

membro da



Eleição para os corpos gerentes do SPZS

14 de MAIO de 2024

podes

votar



- ✓ Na mesa de voto da tua escola/agrupamento (consulta a listagem no interior da revista);
- ✓ Na Sede ou Delegações do SPZS (dentro do horário estabelecido);
- ✓ Por correspondência (boletim de voto, envelope RSF e procedimentos no interior da revista).

